



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: PROF. TONINHO VESPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/04/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite a todos e a todas.

Declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública de 2022, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao requerimento CCJ nº 02/2022, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em reunião ordinária da Comissão em 16/03/2022, tendo como pauta discutir a situação dos conselhos participativos municipais na cidade de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site*, no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde 15 de abril.

As inscrições para participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde 18 de abril, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Rubens Rizek, Secretário de Governo Municipal; Fabricio Cobra Arbex, Secretário Chefe da Casa Civil; Maria Nazaré Lins Barbosa, Procuradora Chefe da Câmara Municipal de São Paulo; Mônica Lopes, Conselheira Participativa Municipal de Aricanduva/Formosa/Carrão; Jorge Kayano, do Instituto Pólis e Igor Pantoja, representante da Rede Nossa São Paulo.

Como todos sabem, os atuais conselhos participativos já estão com os mandatos mais do que prolongados, até por causa da pandemia, mas houve um questionamento jurídico feito pela Promotoria do Estado de São Paulo se são constitucionais ou não esses conselhos. E a Promotoria desta Casa defendeu e o Supremo Tribunal Federal entendeu que sim, é constitucional, algumas partes constitucionais e outras não, mas o fundamento é que os conselhos participativos são constitucionais. Porém não devem estar ligados ao Executivo, como

são conselhos fiscalizadores teriam que estar ligados à Câmara Municipal de São Paulo, ao Poder Legislativo.

Há outras questões no processo, mas acho que o importante é isso. E cabendo isso, nós teríamos de fazer uma legislação para adequar a já existente. Nesse intuito a ideia desta audiência pública, claro, trazer o debate para esta Casa e para o Governo, porque deve haver uma discussão entre Legislativo e Executivo, para que tenhamos um projeto adequado, com a participação dos conselheiros e da sociedade civil.

E que possamos fazer isso o mais rápido possível, porque se foi a Procuradoria desta Casa que defendeu e conseguiu ganhar no Supremo, tenho o entendimento de que nada mais justo do que a Câmara Municipal de São Paulo ser a primeira a regularizar essa situação, porque é reconhecer o trabalho da Procuradoria, reconhecer o trabalho da sociedade civil que está sempre lutando por participação popular. Esse é o sentido desta audiência pública.

Quero agradecer de forma formal dois grandes parceiros que sempre estiveram à frente da luta pela democracia participativa e o controle social, que procuraram em vários mandatos, senão todos, para a realização desta discussão, o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo e o Grupo de Trabalho Democracia Participativa, da Rede Nossa São Paulo. E também fomos procurados por vários conselheiros para tratar sobre esse assunto. Tenho certeza de que também procuraram vários outros mandatos. Então saúdo todos os conselheiros participativos que estão aqui discutindo conosco, mesmo aqueles que não puderam participar neste momento. E também saúdo as entidades da sociedade civil.

Quero anunciar a presença da Vereadora Juliana Cardoso, participando *on-line*. Fique à vontade quando quiser se pronunciar.

A Vereadora Luana Alves não pôde estar presente, está em outra atividade, aqui na Casa, que está coordenando, mas mandou um vídeo para fazer uma saudação importante para nós. No momento oportuno vamos apresentar.

Quero perguntar aos representantes da Secretaria, minha ideia era dar a voz primeiro para à sociedade civil que está compondo a Mesa, porque acredito que vá balizar bastante a fala

dos Secretários depois, ou preferem falar primeiro?

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Vereador, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite. Posso passar a fala primeiro para a sociedade civil, Fabricio?

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Só queria falar um minutinho, só para explicar uma questão mais institucional. A Coordenadoria de Diálogo e Participação Social, na qual os conselhos participativos estão inclusos dentro do Governo, pertence à Secretaria Executiva de Relações Institucionais. E na última quarta-feira se tornou uma Secretaria Executiva da Casa Civil.

Então, estou representando a Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais, e assim fica dispensada a presença da Secretaria de Governo. Era uma Secretaria Executiva do Governo, agora passou a ser da Casa Civil. E estamos nos colocando totalmente à disposição. Cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli, a Vereadora Juliana Cardoso, os membros dos conselhos participativos, que tive a oportunidade de conhecer na época da Secretaria das Subprefeituras. Estamos à disposição para ouvir as colocações da audiência pública e sempre à disposição para o diálogo com os conselhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Secretário. Vamos compor a Mesa: Srs. Igor Pantoja, da Rede Nossa São Paulo; Jorge Kayano, de forma virtual; Mônica Lopes; pergunto se algum Procurador da Casa veio representando a Sra. Maria Nazaré Lins Barbosa (Pausa) e Fabricio Cobra Arbex, de forma virtual.

Tem a palavra a Sra. Mônica Lopes, Conselheira Participativa Municipal de Aricanduva/Formosa/Carrão.

A SRA. MÔNICA LOPES – Boa noite a todas, a todos, é uma alegria participar desta audiência pública em favor dos nossos conselhos participativos. É grande a nossa luta já há muito tempo na defesa desse nosso espaço de participação, que vem aos poucos e rotineiramente sendo afastado.

Tivemos umas eleições bastante conturbadas, não é de agora que os conselhos participativos estão sendo definhados. Vimos numa luta já há algum tempo, na última eleição para termos uma ideia, na minha Subprefeitura, represento a Subprefeitura de Aricanduva/Formosa/Carrão, não completamos o número de vagas. Então, todas as pessoas que se candidataram, menos de 10 pessoas, são conselheiros participativos, porque não houve essa participação do povo.

É óbvio que sabemos, é um esvaziamento que tem sido feito de propósito. A população não tem consciência do que é o Conselho Participativo. O Conselho Participativo tem feito grandes trabalhos na nossa região e sei que em todas as regiões, participamos de grupo com os outros conselheiros e sabemos do trabalho que está sendo feito, apesar de poucos, mas trabalham. E tem havido bastante conquista no nosso entorno, apesar de ter pouca gente trabalhando, mas as pessoas estão trabalhando, fazendo acontecer.

Então, precisamos participar, ter mais audiências, precisamos sensibilizar o Poder Público da importância desse trabalho. É um trabalho voluntário dos munícipes feito por amor aquela terra, aquele território onde habitam. Somos conselheiros porque gostamos, porque queremos de fato que o espaço onde moramos seja melhor para viver, com mais qualidade de vida. E podemos, ajudando o Poder Público, esse intercâmbio facilitando o trabalho de quem tem esse poder.

Agradeço muito ao Vereador Toninho Vespoli por ter aberto esse espaço para debatermos sobre essa questão dos conselhos participativos. Temos junto a outros organismos como a Rede Nossa São Paulo, em qualquer espaço, estamos sempre pedindo para que fortaleçam esses conselhos. Íamos terminar o mandato em 2021, foi prorrogado para março, aí será prorrogado e isso vai esvaziando, enfraquecendo. É importante e o momento é já, é agora. Temos de sensibilizar o Poder Público, sensibilizar esta Casa, para que não deixe que o Conselho Participativo se acabe, que as pessoas desistam dele. Não podemos desistir, é uma luta nossa, sabemos que é o mínimo que podemos fazer para colaborar com o lugar em moramos, com as pessoas com quem convivemos. É esse o espaço do Conselho Participativo.

Então, é uma alegria muito grande estar aqui para debater esse espaço. Muito obrigada, Toninho, muito obrigada a essa Mesa. Quero que muitas mais pessoas estejam aqui reivindicando e fortalecendo os conselhos participativos. O momento oportuno é já.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Mônica. Tem a palavra o Sr. Jorge Kayano, do Instituto Pólis.

O SR. JORGE KAYANO – Obrigado pelo convite para participar diretamente da audiência. Faço parte do Grupo de Trabalho Democracia Participativa, sou do Instituto Pólis, e nós, no Grupo de Trabalho, temos batalhado pela implantação efetiva dos conselhos de representantes desde praticamente 1990, quando foi aprovada a Lei Orgânica do Município prevendo tanto a criação das subprefeituras quanto a instalação simultânea dos conselhos de representantes.

Essa batalha só teve, digamos, resultado concreto em 2002, com a criação finalmente das subprefeituras, em torno de 31, em 2002; depois foi criada a 32ª Subprefeitura de Sapopemba, mas as subprefeituras foram instaladas sem a existência simultânea dos conselhos de representantes, que foram criados apenas dois anos depois, em 2004. E não apenas houve esse descasamento, o que fez com que as subprefeituras começassem a funcionar sem nenhuma instância participativa formal da sociedade junto às subprefeituras, apesar de na época ter havido outras formas de participação da sociedade, nós tivemos essa defasagem. E o problema é que quando foi aprovada a lei de 2004, houve um recurso por parte do Ministério Público do Estado, dizendo que a lei aprovada era inconstitucional. E o Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu esta ideia e suspendeu o processo eleitoral iniciado em 2005.

Isto só teve solução jurídica através dessa decisão oficial final irrecurável do Supremo Tribunal Federal dizendo que a lei de 2004 não é inconstitucional, mas que precisa ser readequada a deliberação do Supremo vinculando os conselhos de representantes não mais ao Executivo e sim à Câmara Municipal. É isso que sabemos e sabemos também que a Procuradoria da Câmara, que batalhou durante todos esses anos pela validade do ato da Câmara

criando os conselhos de representantes, e já preparou um projeto de lei fazendo esta alteração da lei de 2004, as deliberações e a decisão do Supremo.

E esse projeto de lei infelizmente não foi apresentado novamente hoje nesta audiência, mas nós temos cópias deste projeto de lei. E temos, inclusive, alguns reparos ao texto elaborado, mas o que importa mais é que já faz mais de seis meses que o projeto de lei está nas mãos da Mesa Diretora da Câmara Municipal, nas mãos do Vereador Milton Leite, que deveria já em outubro do ano passado ter colocado em circulação este projeto de lei para a sua tramitação devida na Casa. Esta demora de mais de seis meses, de outubro até agora, não é aceitável, não é justificável, não há por que a Câmara ficar demorando neste processo de apreciação de um projeto de lei que nada mais é do que a adequação da lei de 2004, que já foi considerada constitucional a decisão do Supremo. Isto não teria nenhum motivo para demorar tanto o seu início de tramitação.

Neste momento, nós do Grupo de Trabalho Democracia Participativa teríamos, inclusive, sugestões de mudanças e aperfeiçoamentos do projeto de lei. Mas no momento o que nos interessa é a sua tramitação, o projeto de lei tem de ter um número e deve ser encaminhado exatamente para a Comissão de Constituição e Justiça, que é quem primeiro avalia a constitucionalidade desta lei que, no final das contas, já carrega em si uma decisão irrecorrível do Supremo Tribunal Federal.

Quero encerrar este ponto para dizer ao Secretário Fabricio, que a sua presença é muito importante, muito grata para nós, mas que nós temos também uma cobrança efetiva ao Executivo Municipal, de acordo com o próprio decreto de 2019, assinado pelo então Prefeito Covas, deveria ter realizado o processo eleitoral dos conselhos participativos municipais, para a sua renovação, em dezembro de 2021, quando eram completados dois anos de mandato dos atuais conselheiros participativos.

No dia 16 de novembro, o Executivo editou um decreto prorrogando o mandato dos atuais conselheiros indevidamente sem ter, inclusive, revogado o decreto de 2019. Então, criou um decreto contraditório com o decreto de 2019. E disse, além disso, que não faria eleições dos

conselhos participativos aguardando a instalação dos conselhos de representantes, que não é competência do Executivo e, portanto, o Executivo não tem controle sobre a sua criação.

Então, esse decreto, de 16 de novembro, é totalmente descabido e adiou até março de 2022 o mandato dos atuais conselhos participativos. O que a Mônica acabou de falar é que os atuais conselheiros estão cansados. Eles não foram consultados sobre esse ato de prorrogação - e não apenas não foram consultados, como a maioria dos Conselhos está com poucos Conselheiros ativos, que estão tendo pouco diálogo com as Subprefeituras e não estão sendo respeitados devidamente.

Então, nós defendemos que o Decreto de 2019 seja cumprido pelo Executivo.

Em março, mais uma vez, o Executivo editou outro Decreto prorrogando por mais quatro meses, até 31 de agosto, o mandato dos Conselhos Participativos. Isso é um absurdo, mas, desta vez, a justificativa do Decreto foi a de que, nesse período, seriam realizadas as eleições para os Conselhos Participativos Municipais. Eleições que deveriam ter acontecido em dezembro e que foram prorrogadas indevidamente.

Mas, agora, o Decreto prevê isso. E a cobrança que nós estamos fazendo é a de que se o Executivo não lançar, de imediato, o edital abrindo inscrições para os novos Conselheiros dos Conselhos Participativos, mais uma vez, não vai haver a posse desses Conselhos Participativos renovados até 31 de agosto. O que criaria mais um absurdo.

Essa prorrogação é indefinida? Para não haver nenhuma dúvida de que o Decreto foi editado, desta vez, para ser levado a sério, sem o erro crasso do Decreto de novembro de 2021, esse edital tem que ser lançado de imediato.

Eu sei que um dos argumentos do Executivo é a falta de eventual validade de realização de um processo eleitoral para conselhos participativos, diante da possibilidade da criação de Conselho de Representantes, mas esse argumento não tem sentido, porque, como não é dependente do Executivo, o que deveria haver é, sim, um diálogo entre o Executivo Municipal e a Câmara para que a lei que readequa a lei de 2004 à decisão do Supremo Tribunal Federal possa tramitar com rapidez. Como essa lei não tem data para ser aprovada, uma lei

substitutiva, é papel do Executivo cumprir a lei de 2013 que criou os Conselhos Participativos e, principalmente, cumprir o seu Decreto de 2019 dessa gestão.

Eu até imagino que o ex-Prefeito Covas deva estar se lamentando pelo fato do seu Decreto ter sido totalmente desrespeitado. Isso não tem sentido.

Era com isso que eu queria concluir: pedindo para que o Secretário Fabricio nos informe claramente quais estão sendo as providências do Governo Municipal para cumprir o Decreto de 2019, mesmo que com atraso, e para cumprir, também, a promessa feita pelo Prefeito no evento realizado no Parque Augusta diante da população e de uma demanda apresentada pelo Presidente da Rede Nossa São Paulo, pelo coordenador geral, Sr. Jorge Abraão. Ele pediu, expressamente, que resolvesse essa questão do funcionamento dos Conselhos Participativos renovado; e ele prometeu que estaria resolvido em dois meses. Já não está cumprindo esses dois meses de prazo porque foi prorrogado até 31 de agosto. Mas, se não lançar o edital agora, mais uma vez o Prefeito atual estará fazendo pouco caso do Decreto do ex-Prefeito Covas. Seria lamentável essa atitude do então, Vice-Prefeito, que agora é Prefeito titular, de não levar em consideração o Decreto de 2019.

Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli, pela oportunidade. Espero não ter estourado demais o tempo. Eu queria dizer que nós estamos produzindo um texto de avaliação deste período todo e estamos defendendo claramente essas duas atribuições: uma, da Câmara de cumprir o seu papel previsto desde 1990, pela Lei Orgânica do Município, fazendo essa lei substitutiva e aprovando-a com a celeridade devida; do Executivo, que cumpra a Lei de 2013, artigos 34 e 35 da Lei de 2013, que criou os Conselhos Participativos Municipais e que foi regulamentado em 2013 mesmo, com novas edições de Decreto, sendo a última em vigor a de 2019, do então Prefeito Covas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Jorge.

O próximo a se pronunciar é o Igor Pantoja, da Rede Nossa São Paulo.

O SR. IGOR PANTOJA – Boa noite a todos e todas presentes, ao pessoal que está

online participando; quero cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli, agradecer pelo convite e iniciativa; cumprimentar o Secretário Fabrício Cobra que está participando virtualmente, demais Vereadores e Conselheiros dos Conselhos Participativos que estão prestigiando o evento; a Mônica, primeira pessoa a falar, acho que nada mais justo porque é quem está à frente, quem está, de fato, atuando nas reuniões, nos Conselhos Territoriais e Conselhos Participativos.

Acho que a gente tem uma oportunidade de amarrar exatamente a atuação dessas duas instituições: da Câmara Municipal que é quem está com a responsabilidade neste momento de levar adiante esse processo de implementação dos conselhos de representantes, que é uma determinação da Lei Orgânica de 1990, lembrando que a gente fez um evento em 2020, comemorando os 30 anos da Lei Orgânica, a Procuradora Chefe da Câmara Municipal participou, Dra. Maria Nazaré; outros Vereadores na época participaram; o Presidente do Tribunal de Contas do Município participou. Foi um evento bastante amplo; estavam todos contentes, em alguma medida, porque se resolveu esse imbróglio da participação popular em São Paulo – e isso foi logo após a decisão do STF.

Então, estava todo mundo na expectativa de que, naquele ano, em 2020, no início da pandemia, a gente ia ver os Conselhos de Representantes serem implementados. Não foram. Dois anos depois, portanto, desses 30 anos. A gente já está com 32 anos da Lei Orgânica, e os Conselhos não foram implementados.

A única resposta oficial que a gente tem é uma fala do Presidente da Câmara Milton Leite de que, “no momento oportuno, isso vai ser trazido para ser votado”. Acho isso muito vago. Foi uma provocação do Vereador Senival Moura, uma pressão muito grande da sociedade civil, ansiosa com essa decisão, os Conselheiros Participativos, os participantes do GT Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo acompanham esse tema também há quase 15 anos, pelo menos; eu diria desde que a Rede Nossa São Paulo existe esse GT se dedica a esse tema, então, eu acho que é importante reconhecer que a gente está na Câmara Municipal, e é responsabilidade da Câmara, neste momento, colocar isso em votação. Não tem outra pessoa, não tem outra instituição envolvida, se não a Mesa Diretora da Câmara e, principalmente, esperar

uma decisão mais forte por parte da Presidência da Câmara.

O Jorge Kayano sempre faz muito bem essa síntese, essa análise histórica desse processo, já que ele acompanha também desde os anos 90, ao trazer a importância do papel da Prefeitura aqui. Mais uma vez, é importante a participação do Secretário Fabrício, principalmente, porque ele é Secretário da Casa Civil, que tem por uma das competências, justamente, essa articulação com o Legislativo. Então, é muito oportuno, também, o momento em que ele mencionou de que, na semana passada, a área responsável da Prefeitura – Secretaria de Relações Institucionais – saiu da Secretaria de Governo e passou para a Casa Civil. Então, diretamente, a área responsável por esse tema, e acho que tem essas duas contribuições imediatas a serem dadas que é esse processo eleitoral dos Conselhos Participativos.

A gente não pode ficar esperando que os Conselhos sejam criados pelo Legislativo. A gente está vivendo um processo de elaboração do orçamento do ano que vem, que tem uma etapa vinculada diretamente aos conselhos participativos, e esses conselhos participativos estão, pela segunda vez, numa prorrogação de mandato.

Não é a situação ideal. O ideal é que a gente já tivesse tido, neste ano, um processo eleitoral para esses conselhos participativos. Ainda há tempo. A gente gostaria de ter esse compromisso, talvez por parte da Prefeitura, mas também de que a gente conseguisse ter uma resposta formal, talvez, da relação entre o atual responsável pelos conselhos participativos, que é a Prefeitura, em relação à Câmara Municipal, já que em tantos assuntos a gente vê que eles têm uma ótima relação.

O Vereador Milton Leite e o Prefeito Ricardo Nunes sempre mencionam a boa relação que tem com a Câmara Municipal, então acho que esse momento seria perfeito para a gente ver a união de esforços em prol da participação popular em São Paulo. É isso.

Acho que o papel das duas instituições é louvável e é bastante interessante ver aqui a participação, o compromisso do Secretário, da Mesa da CCJ, dos vereadores que estão participando. E, obviamente, não podia deixar de falar do papel da sociedade civil. Iniciei falando do papel dos conselheiros do GTDP, do Grupo de Trabalho de Democracia Participativa, da

Rede Nossa São Paulo, Instituto Polis, uma série de instituições que vêm acompanhando esse tema.

Pela experiência que a gente tem, pelo diálogo que a gente tem com conselheiros de diversos territórios, e a própria Mônica mencionou aqui no início, a participação social em São Paulo vem correndo um risco, vem sendo cada vez mais estreitada, vamos dizer assim. Esses decretos sucessivos, que se atropelam muitas vezes, acabam deixando as pessoas um pouco perdidas em relação a qual espaço de participação social na Cidade.

Os conselhos participativos são muito importantes, porque eles estão nas 32 subprefeituras, pelo menos formalmente, já que em muitos casos não teve nem candidatos para ocupar essas vagas exatamente por conta do processo de esvaziamento desses conselhos.

Este momento de instalação dos conselhos de representantes é uma oportunidade para a Cidade do ponto de vista de pioneirismo porque, após a decisão do STF, São Paulo vai ser a primeira cidade – espero, a torcida é para que seja a primeira cidade de fato – a implementar um conselho de cidadãos vinculado ao Legislativo para fiscalizar o Executivo.

Isso é uma inovação, isso não é trivial. A lei inclusive permite que isso seja aplicado em outras esferas de governo, não só no nível municipal como no nível estadual, no nível federal. É uma nova maneira de pensar a participação social que surge aqui, que a gente quer que seja implementada em São Paulo, já que a discussão iniciou aqui. Então é uma oportunidade de que nem todo mundo acaba tratando, mas que seria um ganho, sem dúvida, para a cidade de São Paulo.

Então acho que é isso. Convoco aqui as instituições envolvidas a se pronunciarem sobre esse tema, a darem sua contribuição para esse tema. Mais uma vez agradeço o convite e a participação dos conselheiros, da sociedade civil como um todo nesse tema.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Igor.

Secretário, tem algumas pessoas inscritas, que são três minutos. O senhor prefere falar agora ou escutar as pessoas, para que o senhor faça uma única fala?

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Na sua preferência, Vereador. Eu aguardo. Vamos escutar os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então vou chamar os inscritos. Primeiro, Christian, CPM Mooca. Três minutos.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Boa noite. Agradeço, na figura do Vereador Toninho Vespoli, esta audiência pública. Parabênizo a presença dos colegas conselheiros participativos das demais regiões de São Paulo. Eu sou o atual coordenador do Conselho Participativo Mooca e nesta posição estarei falando.

Acho que alguns pontos foram trazidos pelos interlocutores, mas alguns pontos precisam ser clareados e a gente também discutir para avançar. Nós estamos em processo de orçamento, sabemos da importância e da necessidade de os conselhos participativos estarem nesse processo.

No ano passado nós tivemos diversas propostas feitas pelo Participe Mais na discussão do orçamento. Neste ano, o número de propostas do Participe Mais foi muito menor, isso em grande parte das regiões. Não só na Subprefeitura Mooca, onde eu sou coordenador, mas outra que eu tive oportunidade de dar uma olhada, a gente percebe que houve uma redução muito grande, então a gente precisa avançar.

Avançar em qual sentido? As reuniões, quando elas estavam somente no virtual, tinha um sentido, estávamos na pandemia. Mas a gente precisa talvez migrar para um modelo como estamos hoje, híbrido. Porque também não podemos esquecer que a reunião virtual permite que algumas pessoas possam participar, em algumas regiões. Porém, em outras, há uma necessidade grande de as pessoas estarem presentes. Migrar para um sistema híbrido vai atender diversas necessidades e vai fazer ampliação do espaço real de debate. Este é o primeiro ponto que tenho a trazer aqui.

Um segundo ponto é que realmente há uma necessidade de se regravar a situação como está hoje. A gente precisa que tenha uma nova eleição de conselho participativo. Se vai ter uma mudança, que é uma discussão que nós temos aqui, é um outro ponto. A gente precisa

ter uma nova eleição do conselho participativa até para que se tenha um mandato. Que seja um mandato menor ou não é uma outra questão, mas é necessário.

Que tem conselhos que estão diminuindo, todos estamos. O Conselho Participativo Mooca também não está longe disso. Também temos saída de conselheiros porque assumiram outras tarefas, se dedicaram um tempo ao conselho, têm outros compromissos. É natural, isso é natural.

Outro ponto realmente importante: nós vamos agora para uma fase de discussão do orçamento. Para essa discussão do orçamento se faz necessário - e aí é importante a presença do Secretário Fabricio e dos demais representantes – fazer uma divulgação muito grande na Cidade. Não somente nós, conselheiros, chamarmos a população para participar, mas a Prefeitura buscar em diversos meios, seja televisivo, rádio, redes sociais, para as pessoas participarem desse momento.

Porque não adiante nós, que somos do conselho participativo, discutirmos 15 propostas que vão entrar no orçamento, sendo que tem regiões que não têm 15 propostas, têm até menos. Então precisa a população participar dessa discussão. São discussões importantes.

Por fim, eu trago outro dado. As audiências que foram feitas da primeira fase precisam ser urgentemente alteradas...

- Microfone aberto. Registro prejudicado.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – ...prazo. A próxima, agora, vai ser colocada depois das 19h. Louvável. Mas nas anteriores, a maioria tinha 10h da manhã, 3h da tarde. Presencial ou virtual, para grande parte da população paulistana é muito pouco.

E fica aqui para a gente pensar: com o dado que tínhamos alguns meses atrás é que no Participe Mais, que é a plataforma de discussão da Prefeitura, tínhamos apenas 45 mil pessoas inscritas. Isso é muito pouco. Se a gente fosse colocar os servidores públicos municipais inscritos, dá muito mais do que o dobro disso. Então é para a gente pensar: 45 mil pessoas parece um número grande, mas numa cidade de São Paulo com quase 12 milhões de habitantes é um número ainda muito pequeno.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite. Obrigado, Christian.

Próxima, Maria Angélica Oliveira, da Associação Projetos Integrados de Desenvolvimento Sustentável.

A SRA. MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA – Boa noite, Toninho. Boa noite ao Sr. Secretário. Boa noite aos colegas. Eu estou ainda aqui na atividade, mas essa audiência é muito importante.

Eu digo que ela é importante porque a gente vem no ativismo junto às comunidades da região do Butantã, zona Oeste da Cidade, e na periferia. E aí eu corroboro muito as falas da Mônica, do Prof. Christian que, para o tamanho da nossa cidade, o conselho participativo tem uma importância muito grande, seja na mobilização, na articulação, no fomento de melhorias para além das zeladorias.

São 32 subprefeituras. Eu garanto para os senhores e senhoras que eu conheço uma grande parte, e que na da zona Leste, zona Sul, zona Norte é tudo muito gritante. E o papel do conselho participativo é fundamental, mas a desmobilização, o descrédito que esses conselheiros têm enfrentado junto à população, que acreditou, que apostou nessa nossa jornada, que acho que é a terceira ou quarta gestão vem construindo. E é impressionante como alguns atores da Administração Pública não dão importância para isso. E aí corroborando um pouco com a fala do Jorge, como que uma cidade como São Paulo, com toda a sua diversidade, com toda a sua necessidade de efetivar política pública, seja social, ambiental, ou nos campos mais variados, mas estritamente nas regiões periféricas, o quanto é importante o papel desses conselheiros.

Essa transição precisa ganhar tempo. Não podemos falar que no ano eleitoral a prorrogação dos mandatos dos conselhos participativos seja uma boa medida do Poder Público. Não é. Convocar as eleições é fundamental, neste momento, o quanto antes, de preferência agora, no primeiro semestre. Porque nós vamos ter problemas de fomentar.

Por exemplo, no ano de 2020, para proposta em 2021, foram simplesmente 70

propostas aprovadas consideradas viáveis na Gestão Municipal. Dessas 70 propostas, apenas 24 foram consolidadas. É o mínimo. No processo de 2021-2022, foram 86 propostas consideradas viáveis. Não temos um diagnóstico ainda de efetivação do Poder Público.

Então é um descaso com um grupo de pessoas que acreditam que estão nesse campo, que demandam para o Poder Público no mínimo respeito aos seus trabalhos. Trabalhos voluntários que é o bem comum da população que está nos territórios.

Por favor, Sr. Secretário, não é pedido, é simplesmente uma orientação, mas firme nessa convocação.

Já houve várias eleições para outros conselhos que foram bem-sucedidas. Não do jeito que gostaríamos, mas foram bem-sucedidas. Estou dando *start*, teve o Conselho do Idoso, o de Segurança Alimentar, houve vários conselhos que determinaram eleições e que, de alguma maneira, foram bem-sucedidos.

Então, por favor, um cuidado com isso e que a Câmara Municipal, os Vereadores, a Presidência da Casa deem uma atenção para os conselhos de representantes. Neste momento, é o que São Paulo está precisando. A população, a Gestão brindar este ano com uma revolução. A gente precisa consolidar isso.

Muito obrigada, Professor Toninho. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Maria.

O próximo inscrito é o Sr. Joaniro Amâncio Pereira, do Conselho Perus-Anhanguera.

O SR. JOANIRO AMÂNCIO PEREIRA – Boa noite, meu nome é Joaniro Amâncio Pereira, sou do Conselho Participativo Perus-Anhanguera. Quero começar deixando duas perguntas para os Vereadores, para a Prefeitura e para os subprefeitos. O que é o CPM para vocês? Quero deixar para nós, conselheiros, que o CPM é uma ferramenta formidável, excelente, ou o Conselho Representativo que seja, porque nós conseguimos executar coisas através desse órgão.

Quando eu assumi, há dois anos, o Conselho Participativo, eu não entendia nada. Eu não participava. Há muitas pessoas que não participam porque não tem comunicação, como

o menino falou.

A gente teve 44 propostas, escolhemos 15, foram votadas cinco e a Prefeitura executou uma. Na seguinte gestão eu assumi como Coordenador, nós pulamos de 40 para 144 propostas. Só que não foi com qualidade, porque tivemos 144 propostas, não conseguimos escolher 15, porque tinha problema de vírgula, falava mal do Vereador, porque a população fica muito brava com essas coisas. A gente foi com três que não dava, duas foram executadas. Hoje, nós temos 152 propostas, não sabemos a qualidade, só a quantidade.

Nos conselhos, nós não temos ajuda. O Prefeito barra tudo, não só em Perus, mas em todos os conselhos participativos. De 15, hoje, temos dois, há uns que estão com três, outros com um, alguns com quatro. Eles vêm, a pessoa sai candidato, se lança, diz que vai cumprir isso. Aí acaba, não tem eleição, prorroga. As pessoas têm outros projetos. Então a pessoa traçou um projeto: eu vou ficar no Conselho Participativo, vou executar isso, isso e aquilo, dois anos, passando isso vou investir em outro projeto. Aí a pessoa fica amarrada no Conselho Participativo porque prorrogou. Ela sai do Conselho e vai executar outro projeto dela, porque já foi uma meta de vida.

Qual é a dificuldade de uma Prefeitura ou de um Legislativo? Cada conselheiro, cada coordenador enviou *e-mail* para os Vereadores, foi de forma coletiva, aos Vereadores tal. No decorrer do tempo, Perus-Anhanguera enviou individual. Não mandamos para os 55 porque três tinham assumido, não tinha o endereço deles no portal. Enviamos para 52 Vereadores. Desses, três Vereadores responderam. Para os outros, CPM não é nada. Não significa nada.

Esses que não responderam, estão usando como proposta para o projeto eleitoral dele. Tirou o nome de quem fez a proposta e está fazendo propaganda em cima.

A gente é muito agradecido aos Vereadores Toninho Vespoli, Eduardo Suplicy e Juliana Cardoso porque foram os únicos que responderam. Estamos hoje aqui numa audiência que é briga nossa.

Eu aprendi com isso tudo. Eu parei de bater, porque eu batia muito. Hoje nós somos de paz. Criamos um grupo chamado Lupa – Lideranças Unidas por Perus-Anhanguera. Então

nesse grupo as lideranças que brigavam entre si hoje estão se amando, esqueceram as rusgas, porque a gente quer a melhoria do bairro.

Por mais que o Vereador visite os bairros ele não sabe a necessidade de Perus, do Campo Limpo, mas nós da liderança sabemos, nós conhecemos tudo. Eu posso falar de Perus da lombada tal, número tal, nós conhecemos tudo.

Nós já tivemos subprefeito lá que mandou por uma lombada eletrônica na Mogeiro 940. É só mato, não tem nada, porque o camarada não conhece. O Conselho de Representantes é formidável, é fantástico. O Conselho Participativo Municipal só precisa que vocês deem apoio e valor.

Eu gastei hoje R\$ 4,40, estou precisando de dez centavos para voltar para a minha casa porque a Prefeitura me rouba e o Governo me rouba porque eles não me dão meu Bilhete Único, o dinheiro deu para fazer essa locomoção. Eu ando do Distrito Perus para o Distrito Anhanguera, são oito quilômetros no meio do mato, porque eu não tenho condições.

Nós só queremos que vocês deem condições para a gente fazer o que já está fazendo. Se vocês não derem, não importa, porque a gente vai fazer, vai sair, vai acontecer. Nós vamos melhorar a vida do pessoal do nosso bairro.

Obrigado pela oportunidade. Vereador, nós estamos em dívida com o senhor.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Joaniro. A próxima oradora é a Sra. Irani Aparecida Pereira Dias, da Almem.

A SRA. IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS – Boa noite a todos e a todas. Sou Irani Dias, do Conselho Participativo primeiro e segundo mandato. Lá atrás quando começou, graças a Deus a Subprefeitura da Vila Maria que estava à frente teve um excelente trabalho, junto ao Conselho Participativo e junto à população, principalmente. Na época, conseguimos colocar todas as nossas propostas, sei que foi um feito na Vila Maria que não aconteceu em todas as subprefeituras, mas foi louvável.

A minha fala é no sentido que a gente precisa do Conselho Participativo para legitimar

as demandas do território, das comunidades, daqueles que não têm direito a fala, dos que não vão conseguir participar do Participe Mais.

Inclusive, na última audiência que eu participei não foi audiência do Conselho, mas outro tipo de audiência, eu reclamei da questão do Participe Mais (Falha na transmissão) simplesmente bloquearam o meu acesso no Participe Mais. Olhem que eu não falei mal de ninguém. Só levei as demandas.

A gente também pede o retorno do CTOP, Conselho que era a parte que fazia o orçamento participativo, muito importante. Quando nós conseguimos pela Vila Maria, só foi porque a gente tinha no CTOP uma participação nas secretarias. Era o momento em que o Conselho Participativo sentava com todas as secretarias e fazia mais próximos do Governo. Foi decaindo e estamos hoje aqui.

Gostaria de pedir que os Vereadores que ainda não estão de acordo, que não estão olhando para esse lado, que olhem. Nós estamos num ano eleitoral, a gente pode muito na periferia, a gente pode chamar esse povo para olhar para a gente que está aí se candidatando e que não olha para a população, de fato, que não respeita o direito do cidadão de participar das políticas públicas da Cidade.

Minha fala é essa.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vereador Professor Toninho Vespoli, já cheguei em outra atividade também.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Quer se pronunciar agora?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu gostaria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fique à vontade.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente. Boa noite a todos, a todas e a todes. Agradeço imensamente ao Vereador Toninho Vespoli. Já é... (Falha na transmissão.) ...Comissão tão... Municipal de São Paulo, que é a CCJ, que é a Comissão que... E que passa, também, inclusive, na solicitação que o mandato fez, através, não só, quando eu estava como

1ª Secretária, mas também como Vereadora, solicitando as informações, a pedido do movimento, a pedido de toda uma articulação sobre o Conselho de Representantes.

Eu sempre falo que há uma questão política, porque é uma gestão... Para o Secretário Fabricio, que chega agora à Casa Civil... deu o... necessário e correto, para que pudesse fazer com que o Conselho de Representantes fosse, de... (Falha na transmissão.) ...somente para a Câmara Municipal, que, de fato, também está na Câmara Municipal, mas, quando o Executivo quer, quando o Executivo tem a sua vontade, ele também mobiliza o Presidente da Câmara Municipal, a Mesa Diretora, que, apesar de eu ter sido 1ª Secretária... Sempre tem um Presidente para liberar, para poder tramitar qualquer ação, aliás, é uma das coisas que nós, Vereadores do PT – e tenho certeza de que os Vereadores do PSOL – falam muito sobre esse processo que está havendo na Câmara de chamar, convidar, convocar qualquer pessoa da Prefeitura, e ainda assim, precisa passar pela mão do Presidente ou para qualquer projeto de lei. Tem também as dificuldades internas com esse Governo.

Por isso, aproveito que o Secretário está presente, para poder... nessa relação... A Prefeitura já fez eleição de outros conselhos na cidade, virtualmente ou até presencialmente, que foi o último. Amanhã, mesmo... (Falha na transmissão.) O Conselho Municipal de Saúde vai tomar posse da eleição. Então, há caminhos. Há possibilidades, mas também tem de haver um querer político do Executivo para organizar, com os Vereadores da Base, de forma que possamos, de fato, fazer essa legislação andar e com que ela garanta que os Conselhos de Representantes possam passar pela eleição e ter a representatividade popular.

E os Conselhos são extremamente importantes, porque eles também articulam a região e o bairro. Como disse alguma das pessoas que estão aqui participando, é muito real você ser... Olhar para o bairro, ver a situação do bairro, organizar as ações com a Subprefeitura, organizar ações e solicitar o orçamento, para que a política pública possa retornar para os seus bairros, para os seus territórios – como necessário.

Estou aqui com uma parreira, a Regina, que tem acompanhado muito esse processo; Dr. Jorge Kayano sempre dá aulas sobre a importância dos conselhos e sempre estamos aqui,

muito juntos, organizados e à disposição para podermos... (Falha na transmissão.) Esse projeto, na Câmara Municipal de São Paulo, mas, acima de tudo, ter um querer real do Executivo, para que isso aconteça.

Obrigada, Vereador Toninho.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Vereadora Juliana Cardoso. O próximo é o Sr. Mauro Alves da Silva, do Conselho do Jabaquara. (Pausa) O próximo é o Sr. Carlos de Lima Luís. (Pausa)

O senhor tem três minutos.

O SR. CARLOS DE LIMA LUÍS – Boa noite a todos. Obrigado, Vereador Toninho. Obrigado pela oportunidade. Cumprimento a Vereadora Juliana Cardoso, a Mesa e os resilientes conselheiros.

A fala de vocês já me contemplou em muita coisa, mas eu vou fazer a questão do seguinte: aqui, na região de Perus/Anhanguera, nós estamos no extremo Noroeste da região, somos uma população que tem muita dificuldade de acesso, tanto de internet como de tudo mais. Nessas últimas audiências públicas, nós saímos de 150, no ano passado, para quatro pessoas. Isso foi questionado em várias coisas. Além disso, não temos acesso ao Executivo. Aqui, para conseguir uma reunião com a Prefeita Regional, levou-se um ano e meio – e isso é porque foi provocado em uma ata. Nós mandamos um ofício, já há um mês, para marcar essa reunião, e não conseguimos. Então, não existe diálogo.

Tínhamos até uma boa interlocução aqui e nós temos também cinco pessoas, duas atuantes, mas eu achei impressionante, o pessoal até comentou a quantidade de propostas do Orçamento Cidadão. As pessoas têm medo de colocar propostas. Eu achei, assim, uma coisa absurda e descabida. Eles têm medo de colocar proposta, porque têm medo de se expor. Então, algo errado muito grande está acontecendo aqui. Realmente, não temos as oportunidades. As pessoas, na realidade, tinham de parar com essa história. Nós fazemos o nosso papel social? Fazemos. Contudo, temos as nossas obrigações de fiscalizar e de fazer uma série de coisas.

Quando se falou, aí na frente, do próprio vale-transporte, disseram que o problema é

com a SPTrans. A SPTrans fala que o problema é com a Secretaria. E, aí, qual é a resposta? Qual é a verdadeira questão? A pequena verba que teríamos, para fazer algumas questões do CPM, não é liberada. Aqui, emendas parlamentares não são explicadas. Aqui, tentamos fiscalizar e não conseguimos. Temos de ficar vendo o *Diário Oficial*, que, na maioria das vezes, tem uma linguagem, como se todo mundo entendesse o que está escrito ali, mas conseguimos descobrir as coisas de Perus/Anhanguera pelo *Diário Oficial*. Entretanto, quando está no *Diário Oficial*, a coisa já aconteceu. Então, está na hora – e é o que eu espero desse Conselho de Representantes –, para toda e qualquer questão levada para os territórios, de realmente chamarem os Conselhos de Representantes, que entendem as suas regiões, que sabem o que acontece nas suas regiões.

O nosso conselho também é o único que não está sendo presencial. O Conselho de Saúde está presencial. Conseg está presencial. Cades está presencial. E a justificativa é por causa da pandemia. Então, como é que... (Falha na transmissão) ...para poder fazer Carnaval e tudo o mais, e nós não podemos fazer uma reunião presencial? Ou, como se falou, com que eu concordo mais, de forma híbrida?

Então, há muita coisa para corrigir e também é o seguinte: como temos muita dificuldade, sempre contatamos todos os gabinetes, solicitando, às vezes, uma reunião, uma audiência, com questões urgentes que até foram colocadas no próprio Orçamento Cidadão, mas muitos não abrem as portas – ou até já ouvi, na própria Câmara, em uma audiência pública, que não sabiam que Perus/Anhanguera existia. Então, isso, para mim, não é um Vereador.

É só um puxão de orelha, nesse sentido. Desculpem as minhas palavras, até um pouco grosseiras, mas está na hora de realmente termos um pouco mais de respeito. Se houver eleição novamente, é o que o pessoal falou: o pessoal está cansado. Ouve-se muito isto: “Para que é que eu vou fazer alguma coisa, se o conselho não faz nada?” Então, gente, vamos repensar e refletir.

Muito obrigado pela oportunidade. Uma boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Carlos. O

próximo é o Sr. Mauro Alves da Silva, pode falar.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Quero cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli pela iniciativa e o Secretário Fabricio, da Casa Civil, pela presença.

Lembro o seguinte: primeiramente, o Supremo Tribunal Federal votou pela constitucionalidade do Conselho de Representantes, contudo, ele se deu conforme a Constituição, ou seja, mudou a característica do Conselho de Representantes, de um órgão vinculado ao Poder Executivo, para um órgão vinculado ao Poder Legislativo. Isso causa implicações diretas no Conselho Participativo Municipal, porque não dá para você substituir um conselho vinculado ao Executivo por um conselho vinculado ao Legislativo, até porque há aquela questão da separação dos Poderes. Na decisão do Supremo, diz claramente que quem organiza o Conselho de Representante nesse formato novo, com regulamentação, organização da eleição, e até mesmo a instalação que não pode ser nas Subprefeituras.

Outra questão que gostaria de destacar é que o Conselho Participativo tem o dever... (Falha na transmissão.) ...do Poder Executivo na área das Subprefeituras. Temos agora a LDO de 2023 sendo disputada, debatida só que a lei diz que o Conselho Participativo vai escolher 15 propostas e depois submetê-las a uma nova votação para a população escolher cinco prioritários. Só que temos vários conselhos que estão alijados, estão sem funcionar. No caso do CPM Jabaquara tivemos uma intervenção absurda do ex-Secretário João Cury Neto, que chegou ao cúmulo de suspender as atividades do Conselho Participativo sem nenhum processo formal. Tivemos que entrar com o Poder Judiciário para restituir o mandato de um Conselheiro e estamos aguardando a posse. Temos três titulares e a posse de dois suplentes para fazer os debates.

Por último, quero lembrar que o que temos na cidade de São Paulo é uma farsa. Não temos o controle social e nem temos a participação popular. O Conselho Participativo do Jabaquara foi perseguido porque estava fiscalizando as obras da Saúde, muitos contratos irregulares e também a Operação Urbana Água Espreada, o que desagradou ao Subprefeito, ao Secretário da Saúde e outras autoridades.

Espero que renove e faça a eleição do Conselho Participativo, mandato de dois anos e se quiser instalar um Conselho de Representantes vinculado ao Poder Executivo... tem que ser do Prefeito da cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Mauro. Próxima oradora, Sra. Ivete Cecília Festino, do Conselho do Ipiranga.

A SRA. IVETE CECÍLIA FESTINO – Boa noite a todos. Gostaria de reforçar essa condição das novas eleições, porque realmente está ficando bastante complicado a gente trabalhar dessa forma. Essa última gestão foi feita no início de 2020, quando iniciou a pandemia, nós tivemos só reuniões *on-line* e agora, ultimamente, nossas reuniões têm dado muitos problemas na hora de admitir para a reunião, não conseguimos atingir quórum. Estamos com quatro, cinco reuniões que os conselheiros, que estão ainda - somos em oito conselheiros ainda atuando -, e não conseguimos fazer uma reunião. Estamos com algumas reuniões sem ata. Resumindo: gostaríamos muito que as coisas caminhassem, porque temos essa condição de ter uma representatividade, de ajudar os poderes. Estamos aqui vivendo dia a dia no nosso bairro, sabemos das necessidades e só queremos ajudar mesmo.

Gostaria de agradecer ao pela força e esperamos que as coisas, realmente, aconteçam. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Ivete. Próxima, Sra. Cássia Amaral, do Grupo de Trabalho Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo.

A SRA. CÁSSIA AMARAL - Boa tarde a todos. Cumprimento a Comissão de Constituição e Justiça, em nome do Vereador Toninho, do Secretário Fabricio. Estou falando como Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo e como colegiado da Rede Nossa São Paulo. Constatando, a partir dessa audiência pública e de toda luta que já vem se desenvolvendo em relação aos conselhos participativos e aos conselhos de representantes que muitas vezes sentimos os poderes constituídos brincando com a população, desconhecendo direitos que já estão desde a Constituição Federal em todas as Constituições Estaduais e na

nossa própria Lei Orgânica da Cidade de São Paulo. Democracia participativa é direito do cidadão.

Estamos entendendo que na Câmara dos Vereadores e no atual Executivo não se entendeu que não é possível governar uma cidade como São Paulo, do tamanho da cidade de São Paulo sozinhos, sem a participação popular. Todos os depoimentos aqui feitos dos conselheiros mostram exatamente isso. Quem conhece a situação de cada uma das regiões são os moradores e os trabalhadores dos territórios e é direito de cidadania, é direito de dignidade e é um direito humano serem considerados e levados a sério pelos diferentes poderes constituídos. O que nós estamos vendo, a partir dessa audiência pública, são esses poderes constituídos, Executivo e Legislativo, brincando com os direitos da população e fazendo uma maquiagem em termos de participação. Os dois pontos colocados são para serem resolvidos já. O momento oportuno, queremos deixar bastante claro isso ao Vereador Milton Leite, é já.

(Falha na transmissão.) ...o projeto de lei regularizando os Conselhos de Representantes. Precisamos e exigimos que o Executivo faça, imediatamente, a eleição dos novos conselheiros, mesmo que isso seja por um período de transição, para que eles possam depois se candidatar aos Conselhos Representantes, conforme determinar a legislação aprovada.

Gostaria de deixar bastante clara uma exigência à Mesa da Câmara, ao conjunto dos Srs. Vereadores e ao Poder Executivo, aqui representado na pessoa do Secretário Fabricio. Não é possível mais uma maquiagem em termos de Conselho de Representantes ou Conselhos Participativos.

Minha pergunta é: a governança da cidade tem medo dos Conselhos Participativos? Porque não entendemos. Vários outros conselhos estão podendo fazer reuniões presenciais, por que os Conselhos Participativos estão proibidos de fazer essas reuniões presenciais? Qual é o medo que Executivo e Legislativo têm em relação aos Conselhos Participativos? Fica a pergunta aos Srs. Vereadores, que estão acompanhando esta sessão, e outros que poderão vir a

acompanhar, como ao Secretário Fabricio, que nos responda essa questão, porque realmente estão bloqueando um direito constitucional de participação.

Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Próximo inscrito, Sr. Gil Ribeiro, do Conselho de São Mateus. (Pausa) Ausente. Próxima, Sra. Sônia Rodrigues, do Conselho da Lapa.

A SRA. SÔNIA RODRIGUES - Boa noite a todos. Sou do Conselho da Lapa, e apenas quero dizer que eu estou sendo contemplada por todas as falas. Não tenho muito a acrescentar, porém quero marcar novamente a importância dessas eleições, tanto do Conselho Participativo, como do Conselho de Representantes. Considero que é extremamente importante essa atuação, digamos assim, dos Srs. Vereadores, bem como Executivo. Executivo e Legislativo trabalharem juntos para conseguirmos algum resultado positivo, ainda, este ano. Isso é fundamental.

Basicamente era isso que eu gostaria de dizer e de alguma forma, todos já disseram, aquilo que eu estava pensando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sônia. A próxima é a Sra. Simone Aparecida dos Santos Oliveira, do Conselho Brasilândia/Freguesia do Ó.

A SRA. SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA – Boa noite. Primeiramente eu queria falar que todas as falas dos conselheiros, até o momento, me representam, representam a nossa preocupação, preocupação com a atitude que estão tendo com alguns conselhos.

Eu sou Simone Oliveira, da Freguesia do Ó/Brasilândia, estou no conselho participativo há quatro anos e quatro meses e quero dizer que eu entrei como suplente e estou como coordenadora. Encontramos uma série de dificuldades, não apenas por conta da pandemia, mas também por conta de descaso com o nosso papel. Nós não temos suplentes para substituir aqueles que saíram para apoiar candidatos às eleições, virarem Secretários e

outras coisas, há uma necessidade de respeito para com os conselheiros que estão atuando na região, buscando sim que a população tenha a fala respeitada. Nós conselheiros pedimos respeito. Eu quero dizer que, em nome do Conselho Participativo, Freguesia do Ó/ Brasilândia nós precisamos de respostas. Não é tempo mais de se debater como vai ser, porque já está determinado que precisa ser feito.

O STF deu uma decisão e tem de ser respeitada e logo eleições tem de serem feitas, de imediato. Nós queremos data, eu quero respaldar para todos que estão presentes que nós precisamos de datas, efetivas decisões e decisões concretas, não adianta empurrar mais e mais para os conselheiros que estão sendo desgastados. Há pessoas querendo entrar, mas, se não houver uma nova eleição, um esclarecimento para o Conselho de Representantes ser implantado, não tem como isso acontecer, não tem como esse desgaste definitivamente acabar.

Precisamos sim que o poder público enxergue isso. Nós não estamos no Conselho Participativo para brigar contra o poder público, mas para lutar junto pelo benefício da nossa cidade, do nosso distrito. Faço um apelo urgente: eleições já. Mudança já. Data já. Iniciem agora imediatamente porque nós precisamos, não só de respeito, mas também precisamos de apoio de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Simone. O Próximo é José André Faria Basílio, do Rotary Penha e do Conselho Participativo. (Pausa) Não se encontra. A próxima é Maria da Graça Berman, da Companhia Letras em Cena.

A SRA. MARIA DA GRAÇA BERMAN – Boa noite, eu não sou membro de nenhum Conselho Participativo, mas eu já fui do Sindicato dos Artistas muito tempo e participei do Conselho Municipal de Cultura, desde a formulação da lei, que foi no Governo da Luiza Erundina até a sua implantação, já no Governo do Paulo Maluf, mas o secretário era o Rodolfo Collor. Eu tenho uma experiência também na Comissão Estadual de Teatro, da Secretaria de Estado e da Cultura, mas eu vim como cidadã interessada nessa questão da democracia participativa.

Eu teria algumas questões que talvez seja fruto do meu desconhecimento, mas talvez

possa ajudar a gente a refletir melhor. Pelo que eu entendi, eu li rapidamente o decreto do Bruno Covas e a lei que a Marta Suplicy tinha feito, os Conselhos estavam vinculados às Subprefeituras, o que me parece numa cidade da dimensão de São Paulo, com a problemática que envolve cada uma dessas regiões, o melhor lugar para esses Conselhos funcionarem. Pelo que eu entendi houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecendo que os Conselhos são constitucionais, mas que eles têm de estar vinculados à Câmara Municipal, é isso não é, Vereador. Se for isso e não houver mais possibilidade de recurso eu acho que teremos um problema porque você vai colocar esse Conselho vinculado a quê? A uma das várias Comissões da Câmara? Vinculado a uma bancada? Vinculado a quê? Parece-me que o lugar de operação desses Conselhos, e tem de ter uma sede, é na própria Subprefeitura, porque é lá que onde os problemas existem, é lá onde eles devem atuar.

Levanto outra questão, sei que é polêmica, mas acho que precisa ser discutida, já que vai ser feito um novo projeto de lei. Parece-me inócuo se esse projeto de lei for de acordo com o que o STF determinou de sermos vinculados à Câmara, em minha opinião, o Conselho deve ser vinculado ao Executivo. Os dois Conselhos dos quais participei eram vinculados ao Executivo e eles tinham funções e atuações determinantes, os projetos aconteciam, editais eram lançados, ações eram feitas.

Outra questão que me bate é a seguinte: vivemos numa cidade extremamente desigual, problemas existem em todas as regiões, independentemente do seu poder aquisitivo. eu sou da Aclimação, que é Subprefeitura da Sé, nós temos várias ruas sem iluminação, várias, então, até no bairro de classe média-alta, o básico não funciona que dirá na periferia de São Paulo.

A fala do companheiro lá de Perus que não tem dinheiro para voltar porque ele está presencial aí na Câmara dos Vereadores reforça uma ideia de que eu gostaria que vocês discutissem depois mais profundamente, principalmente na elaboração desse projeto de lei. Parece-me que trabalho voluntário e o trabalho de graça pode ser feito por quem é melhor aquinhoado na sociedade. O povo tem problemas, a classe média tem problemas: pagar

condução, para ir voltar, às vezes, reuniões se estendem. Na época de Conselho, às vezes, saía da Secretaria Municipal de Cultura meia-noite, meia-noite e meia, não tinha nem transporte para voltar para casa. Na época eu era do Sindicato, que me apoiava financeiramente, me dava uma ajuda de custo para eu poder desempenhar essa função, mas quem não tem uma entidade para bancar?

Então, queria sugerir que na elaboração desse novo projeto fosse pensado uma forma de ajuda de custo para os Conselheiros porque eu acho isso necessário para garantir a pluralidade da participação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Maria. A próxima é Ângela Rodrigues Alves, do Conselho Gestor do Parque do Lagunho. (Pausa) Acho que a Ângela não se encontra. Severina Ramos do Amaral da Silva, do Movimento de Moradia. (Pausa) Também não se encontra.

Ana Paula Lima, que está de forma presencial e vai falar aqui no microfone.

O SR. DOGIVALDO DE FREITAS – Vereador, dá licença, desculpe-me interromper: meu nome está na lista?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Qual o seu nome?

O SR. DOGIVALDO DE FREITAS – Dogivaldo, CPMJT do Jaçanã/Tremembé.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não está não, mas podemos inscrever.

O SR. DOGIVALDO DE FREITAS – Está, ok, eu agradeço, embora já tenha sido inscrito no dia que eu recebi a reunião, mas tudo bem, eu aguardo.

O SR. MAURÍCIO RAMOS – Eu também, Professor, Maurício Ramos, Coordenador do CPM Pinheiros.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Maurício Ramos está inscrito.

O SR. MAURÍCIO RAMOS – Ok, obrigado.

A SRA. ANA PAULA LIMA – Oi, boa noite. Sou Ana Paula e estou aqui como cidadã,

como a Graça, já que ela abriu a roda, eu também vou entrar. Eu participo também do GT da Rede Nossa São Paulo, menos tempo do que o grupo que trabalha há muito tempo. Em todas as discussões eu vejo muito claramente como a população precisa de espaços para trabalhar; e, quando ela tem, consegue fazer um trabalho independente de ter ou não apoio. Acho que é mais um recado para os conselheiros, gente. Acho que a gente sempre fala, fala, fala e parece que a gente não é escutado. Acho que a gente precisa começar a trocar os ouvidos. Acho que a nossa saliva já foi muito gasta. Se a gente trocar alguns desses ouvidos, talvez a gente consiga algumas mudanças. Tem coisas que a gente só vai conseguir se a gente trocar mesmo as pessoas que estão à frente desse processo. Não depende só da gente, a gente tem que colocar toda essa vontade de mudar no dia também das eleições para vereador, para deputado. A gente precisa fazer muito esse processo de tirar essas pessoas que não escutam.

A gente está falando em alto e bom som. Acho que todas as pessoas que falaram aqui trouxeram inúmeras justificativas, conhecimento de causa; e se as pessoas não escutam. Elas têm um problema muito sério. Então, vamos tirá-las. Acho que algumas coisas são simples: algumas pessoas têm que ser retiradas e talvez se colocar alguém que consiga escutar.

Esse é o meu recado, e espero muito que a gente consiga. Está chegando o Plano Diretor, gente, e vai ser, de novo, essa coisa; a gente não tem uma democracia representativa porque não tem mulheres na Câmara Municipal. Então, a gente sempre está sempre um passo atrás, e a gente precisa sacudir, porque não dá. A gente precisa tentar. Acho que vocês são totalmente importantes, e nenhum Vereador sabe tão bem, realmente, quanto vocês que estão no território o que é preciso. Tenho certeza absoluta de que o conselho, se estivesse funcionando como deveria, traria muitos avanços para a participação e para a cidade de São Paulo. Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Ana.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Vereador Toninho Vespoli, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Pois não.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX - Só para falar uma coisinha, Vereador. Estou

aqui com o Bruno, que sempre participa das reuniões. Eu ainda vou despachar com o Prefeito umas questões de decreto. Quero só antecipar uma fala, mas bem curta. Acabei de chegar à Casa Civil. A Relações Institucionais é agora uma secretaria executiva da Casas Civil. Eu me coloco à disposição aqui, estou ouvindo todos os depoimentos. Muitos dos que estão falando aqui, eu já conhecia pela minha passagem pela Subprefeitura de Vila Mariana, quando lá estive como subprefeito.

Quero destacar que sempre tive, como subprefeito, um excelente relacionamento com o conselho participativo, assim como com os Vereadores da região. Acho que esse elo Vereador da região-Conselho Participativo Municipal ajuda, e muito, o diálogo e o entendimento na busca das soluções das questões regionais. Em uma cidade de 12 milhões de habitantes, é muito importante que haja esse contato próximo com a população, tanto em relação aos Vereadores eleitos, que representam as regiões de São Paulo, como com o Conselho Participativo, com o qual que tive imensa alegria de participar em praticamente todas as reuniões. Muitas questões que foram trazidas foram verificadas internamente na Prefeitura. Então, esse é um histórico bastante importante.

Estou chegando, estou ao lado do Bruno, que participou das reuniões durante quase dois anos. Temos em vigor o Decreto 61.200, de março deste ano, que determina a prorrogação dos mandatos e também a realização das eleições. Então, em princípio, é isso. É esse decreto em vigor que será seguido pela Administração Municipal, mas sem prejuízo de conversar. Estamos abertos a várias questões, tanto as colocadas pelos Vereadores como pelo pelos membros dos conselhos participativos. O que eu posso falar é que irei me inteirar do assunto. Estou aberto. Esse histórico... (Falha na transmissão) ...relacionamento com os conselhos e com os Vereadores, e esse é o decreto que foi publicado no dia 30 de março, que prorroga os mandatos e determina a realização das eleições dentro desse prazo da prorrogação.

Eu queria adiantar esses informes, e, como eu disse, estou chegando e estou à disposição para conversar. Continuarei aqui ouvindo. Qualquer coisa, eu respondo. O Bruno está aqui do meu lado também, e estamos à disposição.

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Certo Secretário. Pedindo licença ao Vereador para interferir, então nós já poderíamos marcar com o Secretário Fabricio uma reunião com o Grupo de Trabalho Democracia Participativa exatamente junto com outros conselheiros exatamente para que a gente pudesse precisar essa data, mais do que necessária, como já foi pedido, das eleições? Porque, pela legislação toda vigente – a qual a gente espera que o Executivo siga -, nós precisamos de pelo menos três meses para preparar boas eleições dos conselhos participativos. Então, eu já queria deixar esse apelo e essa data. O Igor, que está compondo a Mesa, que é da Rede Nossa São Paulo, poderia já agendar uma data com o senhor. Muito obrigada pela sua disposição e disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Secretário, vamos ter que fazer encaminhamento de algumas coisas. Quanto à questão da Casa, que é uma responsabilidade da Câmara Municipal em relação ao projeto, vamos fazer um encaminhamento, se todos concordarem – os que falaram e os que ainda vão falar. Poderíamos em nome de todos aqui, de vários conselhos, dos movimentos, da sociedade civil e da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Casa, pedir uma reunião com o Vereador Milton Leite para dialogarmos sobre essa proposta, que eu achei até nas mãos do Milton Leite. Mas isso é uma coisa desta Casa.

Quanto à eleição, poderíamos deixar mais ou menos predefinido para podermos tirar aqui um grupo de trabalho de umas duas ou três pessoas representando, vocês poderiam escolher entre vocês, para uma conversa na sua Secretaria para dialogarmos. Porque não adianta muita gente, tem que ser duas ou três pessoas que já representariam todo esse coletivo. Poderíamos discutir um pouco o que está avançando. V.Exa. falou em tomar pé dessas questões todas para se saber se poderá haver o andamento da eleição ou não. Não poderia ficar pré-agendado alguma coisa nesse sentido?

A SRA. CÁSSIA AMARAL – “Eleição não”, não; é “eleição sim”.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não, sim.

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Temos que deixar muito claro. É eleição sim, Vereador.

Com urgência.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Eu quero que haja eleição. É um diálogo com o Governo. Vamos lá e escutamos um pouco se vai haver decreto, se vai haver o edital, como será todo esse processo.

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Isso. Já participamos de Comissões Eleitorais do Executivo, e tudo isso precisa ser preparado e organizado. Já temos conhecimento de todo esse processo. Então, poderíamos já ajudar o Secretário Fabrício a se colocar em dia com tudo o que é preciso para que haja eleições, sim, e o mais rápido possível. Obrigada, e desculpe a interferência.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vou falar uma coisa para vocês. Não é porque o Fabrício está aqui na minha frente, mas acho que em todo governo há uma disputa (ininteligível) como o governo procede. Sou oposição ao governo, mas sou testemunha de que tanto o Secretário de Saúde como o Secretário Fabrício - tenho divergências ideológicas com eles, que são liberais, e eu não – são liberais democratas. Acho que faz uma diferença muito grande quando encontramos um Secretário com disposição para o diálogo. Eu sou testemunha em relação a esses dois Secretários: aonde eu vou, eu falo que o Fabrício e o antigo Secretário Edson Aparecido eram secretários de diálogo. Podemos não chegar a um denominador comum, porque a divergência faz parte do processo, mas há outros Secretários que nem dialogam.

O SR. FABRÍCIO COBRA ARBEX – Obrigado, Vereador. Podemos marcar em uma semana, 10 dias, e queria que concentrasse aqui com o Bruno, que os representantes marcassem com o Bruno uma data para eu poder me inteirar. E provavelmente nós teremos o Secretário de Relações Institucionais também, que vai poder estar à frente desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fica assim, Secretário: o nosso mandato faz essa ponte, marcamos com o Bruno e avisamos a eles que eles vão escolher uma comissão de umas duas pessoas. porque também não adianta irem todos os Conselheiros, senão não fica um Grupo de Trabalho, vai ficar uma plenária, está bem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX - Com base no Decreto 61.200.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Poderíamos, de repente, porque tem gente aqui que se conheça, outros não, poderia, inclusive, sei lá, entre vocês, porque o mandato não pode organizar isso, mas vocês, de repente pedirem para colocar no *chat* o telefone de cada um, e aí, um de vocês fica o responsável de fazer um grupo de WhatsApp e vocês escutam isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX - O Bruno tem o contato de todos. Mas, perfeito, Sr. Vereador, estou por aqui. Só chamar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Para essa audiência pública, nós mandamos, eu acho que *e-mail*, para todos os Conselheiros, para todos que tínhamos o contato. Então tentou divulgar o máximo possível.

Agora assim, concordo com você, todos que têm de saber dessa reunião na Secretaria e poder, inclusive, ter a indicação de novo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Isso. Sim. Tudo bem? As decisões, a gente tem os *e-mails*, e vai poder passar isso também para vocês.

- Manifestação fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Ter uma ata dessas reunião?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - É. Eu acho, pessoal que tem ainda algumas pessoas inscritas. Se começarmos a debater isso, os inscritos não vão falar. Eu acho que o importante foi isso: foi combinado com a Secretaria, o Secretário é aberto ao diálogo e está se comprometendo, daqui a 7 a 10 dias, marcar uma reunião com ele, aí acho que, depois da audiência pública, devemos ficar mais 5 ou dez minutos - ficamos, não tem problema.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO - Boa noite a todos. Muito rapidamente, Secretário, gostaria de fazer uma sugestão. Eu sou o Antonio, do Conselho Participativo Municipal de Pinheiros, o senhor não pode dar a agenda eleição? Eu não preciso fazer uma reunião, o senhor é que vai decidir. O senhor, junto com seus Pares, decide a agenda "Vamos começar dia tal, fazemos assim, assim e assim e espalha para todo mundo".

Eu não preciso fazer uma reunião para o senhor decidir uma eleição. Não vai dar certo isso, como nunca deu. O senhor pode assumir essa responsabilidade de fazer com que as eleições tenham um projeto, uma agenda, e nos comunica. Não há necessidade de se fazer uma reunião. Eu não sinto essa necessidade.

O que eu sinto é a falta de programação. Isso eu sinto. E é isso que eu gostaria de sugerir. Acho que o senhor, em dez dias, pode fazer uma: "Olha, vamos fazer, começa dia tal, vai até dia tal", fazemos todos os trâmites legais e vamos fazer, porque vai sobrar três meses para podermos fazer isso. Hoje é dia 25. Temos de fazer até 31 de agosto, já temos de ter os empossados. E não é fácil. Nós sabemos, já participei de uma, não é fácil.

Então acho que ganharíamos tempo, acho que o senhor traria uma rapidez, uma excelência em gestão, já que o senhor está chegando na Casa Civil, e todos conhecem o problema. Todos já sabem o que tem de ser feito. O decreto já está aí. O prazo está do final para trás, é só fazer uma agenda e mostrar para todos nós, aqui. Obrigado. (Palmas)

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Ótima sugestão, todo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Pessoal, desculpe, não quero ser chato, eu estou com medo de, depois, não poder dar garantia a palavra às pessoas que estão inscritas. Vamos escutar as pessoas primeiro. Acho que esse é outro debate. Acho que não é o debate aqui. Eu acho que a audiência conseguiu a sua finalidade, qual seja: o Secretário passar uma data de reunião para nós, daqui uma semana a dez dias, e a nossa conversa em nome de todos, vamos ter com o Sr. Milton Leite. Vamos dialogando nesse período.

(NÃO IDENTIFICADO) - Perdão, mas o debate é necessário. O Antonio está correto, corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Sim, o debate é necessário, mas não é via aqui a audiência pública. Eu acho que vocês têm forma de organização dos conselhos que vocês têm de se organizar. Não cabe ao mandato parlamentar, e nem à audiência pública, nesse momento, fazer isso.

Próximo orador é o Sr. Fábio Cabral, do Conselho da Sé. (Pausa) Parece que o Fábio não está neste momento. Passemos, então, à Estela de Camargo, também do Conselho da Sé.

A SRA. ESTELA DE CAMARGO - Boa noite a todas e todos. Não vou repetir o que os outros colegas falaram, aqui, na reunião, mas acho que nós temos uma oportunidade agora com esse novo Secretário, que já ouvi falar muito bem da atuação dele, da escuta que ele praticou quando foi Subprefeito da Vila Mariana. Então acho que o Bruno também tem bastante contato com os Conselheiros, ele sabe plenamente os problemas, ele sabe tudo que está acontecendo, então, agora, é partirmos para a ação, e sair um pouco do discurso.

Nós queremos ver essas eleições, quer ver essa comissão eleitoral, isso são atos normativos da Administração Pública, que precisam começar a ser praticados. Partir, assim, o quanto antes, porque, realmente, os conselhos estão ficando totalmente desmobilizados, e a população já até para de participar das reuniões porque não vê respostas.

É isso que eu tinha a dizer. Quero agradecer ao Vereador Toninho e a presença do Secretário, bem como dos colegas que me antecederam. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Estela. A próxima oradora é a Carolina Borges, do Ocupa Mãe.

A SRA. CAROLINA BORGES - Oi, boa noite. Também estou de acordo com muitas das falas dos conselheiros. Tem esse Projeto Ocupa Mãe, onde eu incentivo que as mães participem dos conselhos, por isso tenho contato com muitos conselheiros da Cidade.

No ano passado eu fiz uma pesquisa, junto com a Maiara, para nós entendermos quais eram as demandas dos conselheiros, não só participativos, mas também dos outros todos conselheiros da Cidade, e a demanda é mesmo a falta de efetividade.

Nós participamos das reuniões, pedimos encaminhamento, fazemos ofícios e as

coisas se perdem. Então meu receio é se criar mais um conselho, que não vai ter efetividade.

Portanto, quero pedir à Secretaria e também para os Vereadores, e também para a Rede Nossa São Paulo, sei lá, pedir para todo mundo, que fizéssemos alguma métrica, que ouvíssemos os conselheiros, mas de maneira efetiva, de maneira que pudéssemos mensurar essa falta de efetividade.

Eu fiz uma pesquisa, no final do ano passado, saí na Imprensa falando dela, e não acontece nada. Nós fazemos, fazemos e não acontece nada. Participamos e continuamos participando e nada acontece. Pouca coisa se resolve.

Sou conselheira da Vila Mariana já há sei lá quantos anos, mais de 5 anos e as coisas não se efetivam. Então toda reunião que participamos é a mesma coisa. Vamos fazer uma pesquisa, vamos fazer uma métrica, vamos mensurar quais os problemas dos conselheiros, tipo: os ofícios são respondidos? Não? Onde é que param os ofícios? Sabe, vamos buscar. A Corregedoria está a par? O Ministério Público está sendo acionado? Tem alguém no Ministério Público que pode nos ajudar a termos efetividade? Essas questões. Porque, repito, vai ser mais um conselho que não vai dar em nada. Não adianta assim.

Então eu peço que se faça uma pesquisa para começarmos a mensurar, para termos métricas, como é que estão os problemas, como é que os conselheiros estão participando, qual é a sensação dos conselheiros que participam pela Cidade.

Concordo que precisamos ser remunerados sim. Aquele rapaz que falou - estou pensando até agora, ele vai andar 8 quilômetros para chegar em casa, gente! Um absurdo.

Então era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado, Carolina. Próxima oradora é Maria Helena Ferreira da Silva, Conselheira Participativa. (Pausa) Maria Helena não se encontra. O próximo é o Sr. Antonio Zagatto, do CPMU. (Pausa) Antonio não se encontra. A próxima é a Sra. Mariana Rodrigues de Carvalho, do Conselho Participativo da Vila Mariana.

A SRA. MARIANA RODRIGUES DE CARVALHO MELLO - Oi, boa noite. Sou a Mariana Mello, do Conselho Participativo da Vila Mariana.

Estou no meu segundo mandato, essa prorrogação compulsória, e nós estamos discutindo muito nosso papel nesse momento. Para a gente é bastante estranho, e quase vergonhoso estarmos aqui exercendo um mandato eletivo, prorrogado, sem ter o voto direto, porque foi a maneira pela qual nós fomos eleitos. Mas nós seguimos aqui. Entendemos que é urgente a convocação de eleições para o Conselho de Representantes.

Nós entendemos como essencial uma participação popular, mas uma participação popular verdadeira, com atendimento de demandas, com a presença de interlocutores qualificados e verdadeiramente interessados.

Nós pudemos acompanhar várias gestões da subprefeitura e percebemos a disparidade do trabalho quando temos uma subprefeitura trabalhando junto com os conselheiros. Esse trabalho conjunto que o Fabricio Cobra, hoje Secretário, fez com excelência, de repente, se perdeu completamente quando ele saiu, e isso não tem sentido. É necessário ter, de fato, um engajamento com a política pública, com a participação popular dos que estão ali trabalhando e de fato interessados.

Hoje o que nós temos são promessas que não se cumprem, reuniões que são marcadas e depois adiadas ou desmarcadas, demandas que não têm devolutiva. Hoje a sensação é de que o Conselho só é usado para travestir de uma legitimidade formal decisões já previamente tomadas pelo Executivo, o que não condiz com a participação popular transparente e efetiva que deveria ter. Então, hoje nós temos Conselhos formados por pessoas interessadas, mas frustradas, e eu não vejo nenhum sentido continuar dessa forma.

Apoio o pleito do conselheiro Antonio no sentido de agendar o processo eleitoral sem necessidade nenhuma de novas reuniões ou de grupos de trabalho. Achamos que isso é urgente.

Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigada, Mariana.

A próxima oradora é a Ana Cristina Petuba, da Sociedade Amigos Jardim Nossa Senhora do Carmo. (Pausa) Não se encontra. Durval, do Conselho Participativo Municipal. (Pausa) Maurício Ramos, do Conselho Participativo de Pinheiros.

O SR. MAURÍCIO RAMOS – Boa noite. Agradeço ao Vereador Toninho por ter tomado esta iniciativa e agradeço à Vereadora Juliana também. Cumprimento o Secretário da Casa Civil; o Bruno, que está sempre com a gente, e todos os conselheiros.

Em primeiro lugar, eu queria dizer o quanto a fala de todos os outros conselheiros é fundamental. Todos nós concordamos que precisamos dessa eleição com urgência. Independentemente de qualquer outra determinação da Câmara ou do Conselho de Representantes, o Conselho Participativo Municipal tem um papel fundamental de fazer a ponte entre sociedade civil e Poder Público, além de ser descentralizado.

Como disse a Graça, e eu concordo com ela, acredito que a gente tem que estar ligado à subprefeitura e não à Câmara de Vereadores. Funciona muito mais assim, porque a gente está muito mais próximo e a gente sabe o que acontece na nossa comunidade, o que se passa na rua, se tem um buraco novo, se tem algum morador reclamando de alguma coisa, como falta de luz, praça sem segurança ou qualquer outra questão de zeladoria. E é por isso que nós temos que estar conectados à subprefeitura e não adianta ter representante que não esteja conectado com ela.

Outra coisa que eu queria falar é que, apesar de ter todos esses decretos e das coisas funcionarem dessa maneira, nós ainda temos um tanto de representatividade que tem que ser valorizado porque é fruto da democracia. Então, nós todos temos que comparecer e vamos continuar com o nosso trabalho apesar da dificuldade com o dinheiro. Esse companheiro de Perus é um guerreiro, não tem dez centavos para casa. Uma pessoa assim tem que estar aqui, tem que estar sempre representando a subprefeitura da sua região.

Eu vou pedir para todos para que não desistam e que fiquem até o último minuto, porque este ano de Revisão do Plano Diretor é importantíssimo, e a gente tem que participar, tem que apresentar demanda da sociedade civil para o Poder Público. Também vai ter o PLOA em 2003. É fundamental nosso papel. Por isso, não desistam e se possível fiquem todos até o último minuto, porque o esforço tem que ser de todos nós. É importantíssima a participação social. A gente brigou tanto nos CPMU para ter essa participação social e agora não pode deixar

o barco sair. É bem por aí.

Não vou me estender mais, mas esse é o meu apelo aos companheiros CPM para que permaneçam até que a gente consiga uma solução. Também contamos com a ajuda do Secretário Fabricio, uma pessoa sobre quem eu tive ótimas referências com o pessoal do Cades da Vila Mariana, a quem eu sou muito ligado. Ele fez algumas coisas muito bacanas lá, e espero que ele também faça um trabalho bacana e consiga para nós uma eleição o mais rápido possível para que a gente não tenha esse vácuo de representatividade.

Mais uma vez, agradeço ao Vereador Toninho Vespoli por esta iniciativa bacana que ele teve, além de acolher alguns projetos nossos, como o projeto das nascentes urbanas. Um grande abraço para V.Exa., para o Leonardo e para toda assessoria. Um abraço também para a Vereadora Juliana e para o Secretário Fabricio.

Essa era a minha mensagem. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite, Maurício.

A próxima inscrita é a Dora Lima, da Rede Agenda 2030 São Paulo.

A SRA. DORA LIMA – Boa noite a todas e todos, ao povo aguerrido que está acompanhando esta audiência. Parabéns ao Vereador Toninho pela iniciativa e boa noite ao Secretário, que eu espero que esteja nos escutando, porque nós esperamos muito dele agora.

Eu quero lembrar que também sou do GT de Democracia da Rede Nossa São Paulo e fui conselheira durante dois mandatos no início do Conselho, quando ele era de fato respeitado pelo Executivo. Também é muito importante lembrar que eu sou da Subprefeitura Sé.

Eu quero chamar a atenção de todos nós moradores e votantes da cidade de São Paulo que o Executivo tem que executar o seu trabalho, e o papel do Legislativo é fiscalizar o Executivo. Reforço, portanto, a fala da Ana. Estamos acompanhando, porque muitos Vereadores sairão candidatos a deputado estadual e federal, e nós poderemos divulgar a candidatura daqueles que cumpriram o seu papel aqui no Legislativo Municipal, mas não daqueles que não cumpriram seu papel na Câmara Municipal. Aproveito para cobrar do Presidente Milton Leite a liberação do projeto dos Conselhos Participativos, porque a população quer contribuir. A

população está aguardando essa demanda, e nós do GT da Nossa São Paulo enviamos um ofício há seis meses, mas o Presidente não se pronunciou sobre acolher a contribuição da população. Lembrando ainda que o Presidente Milton Leite foi cobrado na reunião do Colégio de Líderes pelo Vereador Senival Moura sobre uma fala que o GT de Democracia Participativa fez com a liderança do PT solicitando uma cobrança. Delicadamente, o Vereador Senival Moura cobrou o Presidente Milton Leite, que disse que isso se daria no momento oportuno. Então, agora, eu quero lembrar o Presidente da Câmara de São Paulo que este é o momento oportuno.

Eu deixo aqui um apelo muito grande, porque a nossa maior arma é o nosso voto e, repetindo a fala da Ana, nós não podemos continuar brincando de democracia participativa, porque quem elege os Vereadores somos nós. Se a maioria dos Vereadores, com exceção de alguns, não escuta a população, então a gente precisa trocar mesmo esses Vereadores, trocar no Legislativo municipal, no estadual e no Federal.

Encerro dizendo: Cacique, estou com você. E o Bruno enrolou muito os conselhos participativos. Então, Fabricio, acreditamos em você e cobre do Bruno a demanda dos conselhos e da população.

É isso. Boa noite. Estamos juntos e podemos mudar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Dora.

O próximo é o Sr. José Tadeu Pedrosa, do Conselho de Aricanduva. (Pausa).
Próximo, Osvaldir Barbosa de Freitas, do Cecasul, Centro de Cidadania e Ação Social Sul.
(Pausa). Próximo, Dogivaldo de Freitas, Jaçanã/Tremembé.

O SR. DOGIVALDO DE FREITAS – Obrigado. Boa noite a todas e todos.

Vereador, agradeço a oportunidade.

Queria falar diretamente com o Sr. Fabricio. Sr. Fabricio, vou discordar de todos...

O SR. BRUNO NABUCO – Dogivaldo, estou aqui, o Bruno. Pode falar, estou te ouvindo.

O SR. DOGIVALDO DE FREITAS – Bruno, você não atendeu meu telefonema, mas

não vou te deixar em uma situação constrangedora, mas a gente se fala.

Peço desculpa a todos que me antecederam em relação a urgência da eleição do conselho participativo. Já que a gente deixou chegar nesse pé de prorrogação, esses três meses... Sr. Fabricio, ouvi falar muito do senhor. Vou falar pelo JT. É meu segundo mandato. Sou suspeito da prorrogação. Temos algumas coisas para finalizar que conseguimos na primeira gestão.

Vereador Toninho, a gente também é oposição. Quando entramos era para fazer oposição, mas pegamos uma Subprefeitura que colocou a gente com o Edson Aparecido, com o Bruno Covas e conseguimos 17 conquistas. Migramos do conselho participativo para o conselho gestor de saúde. Estamos na Comissão Executiva de Saúde, na supervisão. Então, a gente cresceu. A gente sempre foi ouvido.

Não sou simpatizante da família Leite. Também não vou denegrir a imagem de ninguém, de nenhum candidato. Para mim, 500 mil pessoas, dá para eleger, no mínimo, uns cinco.

O que eu queria falar mais urgente do que a eleição do conselho participativo, porque fazer uma eleição são dois anos de mandato. Vai dar folga ao Sr. Milton Leite ficar mais dois anos para tramitar essa lei do Conselho de Representantes.

Então, Sr. Fabrício, o meu apelo fica ao senhor para usar a interlocução que o Edson Aparecido fez, que o Bruno não fez, que eu sei que o senhor tem com o Sr. Milton Leite para acelerar esses três meses de prorrogação que faltam. A gente também não pode atropelar o participio mais, que tem 15 proposta e só temos mais um mês para entregar.

Eu quero fazer esse meu último papel. Eu me sinto honrado pelas conquistas que tivemos. Estamos em quatro só. Pensei em desistir. Ficamos sem coordenador, sem secretário. Estamos tentando arrumar a casa. Peço atenção de você, Bruno. Você e o Marcos Cordeiro não me atenderam hoje. Estamos precisando de ajuda.

O SR. BRUNO NABUCO – Dogivaldo, eu sempre te atendo. É que hoje o dia foi realmente corrido. Desculpe. Amanhã eu te ligo. Sem falta.

O SR. DOGIVALDO DE FREITAS – Tudo bem. Está perdoado.

Essa gestão tem mérito comigo sim. O Bruno Covas cumpriu a parte dele. A gente começou um piscinão que era de 30 anos e está no meio. A gente quer concluir. Então, a gente depende desse conselho de representantes.

Fabrizio, mais uma vez, não vou falar pelo amor de Deus, fica meu apelo reiterando a fala do Vereador, o senhor já fazer essa conexão hoje com o Sr. Milton Leite - sou o menos didático de todos que me antecederam - com o representante que temos aqui para gente acelerar o conselho de representantes em três meses. Não adianta fazermos o conselho de participativo e enrolar mais dois anos o conselho de representantes.

Sr. Toninho, agradeço a oportunidade e peço desculpa se eu falei alguma coisa fora do contexto.

O SR. BRUNO NABUCO – Vou passar ao Fabricio, pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

O próximo é o Sr. Flávio Fontes Moraes, do Bloco a Praça é Nossa, do Jabaquara.

O SR. FLÁVIO FONTES DE MORAES SANTOS – Boa noite a todos e a todas.

Agradeço ao Vereador, ao Bruno e todos os participantes. Fui coordenador do conselho participativo do Jabaquara aonde tem um colega representando, o Sr. Mauro. Não sou mais coordenador, não sou mais Conselheiro, mas tive uma vivência diferente de vocês. Fui muito bem atendido pelo Bruno todas as vezes que eu o procurei. Temos de falar a verdade. Sou bem recebido na Subprefeitura.

Também eu vejo que, Vereador, há algumas falhas não do Bruno, da Subprefeitura, mas do processo. Nós temos garantido pelo Regimento um bilhete que era para os conselheiros e que nós não temos. Nós temos direito a uma verba que sempre quando nós procuramos, estava bloqueada. Não sei se os outros conselhos também vivenciam isso.

Tenho uma indagação. Vereador, V.Exa. sabe quanto é difícil uma eleição para Vereador. A gente movimentar a população para ir lá votar, isso que é obrigatório. Nós, conselheiros participativos - eu falo nós porque eu já fiz parte, não faço mais -, movimentamos a

população, levamos ao colégio eleitoral ou à Subprefeitura, somos cobrados pela população que para a gente na rua e querem resposta da gente sobre inúmeras coisas. Tem coisas que o conselho pode ajudar, mas tem coisa que não cabe ao conselho, não temos esse mecanismo de ajudar. O conselho participativo, até onde eu sei, é um conselho consultivo. Não é o conselho fiscalizatório. Estava em Regimento isso. Alguns conselheiros podem ver isso no Regimento.

Só que o que eu vim indagar o Bruno e a vocês: como que vai ficar essa verba que não é descongelada? Eu sei que não é da secretaria do Bruno, eu sei que é de outra secretaria. Toda vez, Vereador, que a verba não é congelada, o ano seguinte ela vem menos até acabar. Não sei se acaba. Estou supondo. É uma suposição, não é uma afirmação.

Outra coisa, em relação ao Bilhete Único, como que vai ser resolvido isso? Porque eu não sou mais conselheiro, mas eu tenho os meus amigos conselheiros que, muitas vezes, não têm condução e isso está garantido quando nos inscrevemos para o conselho participativo. Já foi tudo liberado: carnaval, daqui a pouco as eleições, shows culturais, aglomeração, futebol. Então, o senhor consegue visualizar uma vírgula? Então, temos de esperar a resposta do jurídico. O jurídico teve dois anos, correto?

Eu não vou me estender muito que eu não estou aqui para acusar ninguém. Nosso conselho do Jabaquara está com dificuldade, mas eu posso falar para o senhor que eu sou muito bem recebido na Subprefeitura de Jabaquara, sou muito bem recebido na Secretaria, sou muito bem recebido na Câmara e sou muito bem recebido pelos meus colegas aqui. Tem até o colega aqui do meu bairro e estávamos até falando sobre o bairro. Sou conselheiro da saúde em duas UBSs e suplente de um hospital.

A indagação que eu faço é: o que o conselho realmente vai receber de benefício por estar representando a população? Porque o bilhete não veio, a verba bloqueada. Então, o senhor consegue entender essa vírgula? Eu não sou mais conselheiro, mas eu me ponho no lugar do senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

O SR. BRUNO NABUCO – Vereador, boa noite. Aqui é o Bruno Nabuco. Tudo bem com o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bruno, só falta uma inscrita. Aí a palavra é para você mesmo. Daí já terminamos os inscritos.

O SR. BRUNO NABUCO – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próximo inscrito. Wellyene Gomes, do Campo Limpo.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – Boa noite. Eu sou Wellyene, do Conselho Participativo do Campo Limpo. Os colegas sabem que eu não sou de sair de casa, mas quando eu vi que era uma reunião da Comissão de Justiça e Legislação Participativa, eu fiz questão de sair da minha casa e vir até aqui. O que eu queria colocar que eu acho que é muito importante? Eu vim aqui exatamente porque é exatamente sobre legislação, e a legislação maior da nossa cidade é a Lei Orgânica do Município. No artigo 5º, a Lei Orgânica do Município diz que o Poder Municipal pertence ao povo, que o exerce através de representantes eleitos para o Legislativo e o Executivo ou diretamente. Aí, você vai ao artigo 8º, da Lei Orgânica do Município, e lê o seguinte: “O Poder Municipal criará por lei o Conselho Participativo e o Conselho de Representantes”. Então, aqui, nós estamos em uma reunião, em uma audiência pública falando de dois conselhos criados por lei.

A lei diz: “O Poder Municipal criará por lei conselhos compostos de representantes eleitos ou designados a fim de assegurar a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões.”. Então, nós estamos aqui, e eu saí da minha casa hoje, representando o meu conselho participativo e alguns outros conselhos para falarmos exatamente isso. Nós queremos que o Legislativo cumpra a regulamentação do Conselho de Representantes que está previsto nos artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município. É um processo que será um pouco mais complexo, porque com a criação do Conselho Participativo ele tem algumas funções que terão de ser ajustadas aqui no Legislativo. E essa discussão precisa ser com a participação da sociedade civil. Então, nós estamos aqui, como Conselho Participativo, pedindo que esse processo de

discussão inicie para que essa lei seja regulamentada e construída com a participação da sociedade e da população, de forma geral.

Quanto ao Conselho Participativo, eu tenho feito uma defesa muito forte na eleição desse órgão, porque ele foi criado exatamente porque o Conselho de Representantes foi questionado na Justiça. Então, nós ficamos quase 14 anos sem que houvesse nenhuma representação da sociedade civil em relação às políticas públicas e o orçamento da Cidade. O que fala o Decreto nº 59.023 que cria o Conselho Participativo? Ele estabelece que o Conselho Participativo tenha a função de fiscalizar o Poder Público. Então, o colega que veio aqui e falou que nós só temos função consultiva, está equivocado. A lei que criou o Conselho Participativo estabeleceu que a regulamentação ficaria a cargo do Executivo e o Executivo, quando a regulamentou, em 2019, ele deu, sim, a função fiscalizadora, e nós estamos sem poder exercer essa função. Nós não conseguimos exercer nem a função de estabelecer que existe um decreto que determina que os conselhos participativos têm direito ao vale transporte. Não conseguimos que o Bruno consiga levar essa informação à assessoria jurídica para que esse vale transporte seja liberado. Eu cito o decreto aqui, que já foi compartilhado, inclusive, na tela do Bruno. É o Decreto nº 58.639, de 2 de fevereiro de 2019. Este Decreto estabelece, no artigo 45, que foi concedida isenção integral do pagamento da tarifa praticada do serviço de transportes públicos de passageiros na cidade de São Paulo aos conselhos participativos municipais eleitos e empossados. Vejam. Então, eu venho aqui, Sr. Vereador, pedir para que o senhor cumpra a sua segunda função. Eu vim aqui pedir para que o Legislativo cumpra duas funções. Uma, que é de legislar, fazendo a regulamentação da Lei Orgânica do Município à adequação da Lei nº 13.881. E a segunda, que é a de fiscalizar. Fiscalizar o quê? Que o Executivo cumpra o que está determinado em lei, cumpra o decreto que foi publicado por ele mesmo, que é a concessão do vale transporte e a eleição do Conselho Participativo, porque a lei que criou o Conselho Participativo foi muito clara ao estabelecer que conselhos participativos municipais subsistirão até o efetivo funcionamento do Conselho de Representantes. Então, o que nós estamos aqui falando é que queremos que se cumpra a lei.

Então, nós viemos até aqui, eu saí da minha casa para pedirmos que vocês, da Comissão, nos representem junto aos outros Vereadores dizendo que nós queremos que vocês cumpram com as suas duas funções: a de legislar e a de fiscalizar.

Eu não vou falar com você, Bruno. Eu tenho muito respeito por você e você sabe disso. Sei das suas limitações e acredito e confio muito...

O SR. BRUNO NABUCO – Iguamente.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – ...que o que o Toni propôs aqui se efetive. Façam-se sim, reuniões conosco, com o Conselho Participativo, mas o que nós queremos é que se inicie o processo de votação dos conselhos participativos; que se inicie a criação da comissão eleitoral, que se marquem as datas e que se criem cronogramas.

Então, eu saí da minha casa, estou há 5 minutos e 55 falando e vou encerrar a minha fala porque era isso o que eu queria falar aqui, que eu queria que ficasse gravado e que eu queria que tivesse a participação do Secretário aqui e da representação do Legislativo também.

Muito obrigada. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Wellyene.

Agora, Bruno, eu sei que o Secretário é que vai responder algumas questões, mas, de repente, algumas, você já poderia... se for possível.

O SR. BRUNO NABUCO – São sim, Vereador. Primeiro, boa noite a todos. Fiz muitos amigos aqui dentro do Conselho, durante o período em que fiquei.

Acho que a Wellyene sabe e outros também que eu sempre fui um cara mais operacional do Conselho. O Flávio fez uma colocação muito correta sobre a verba que cada conselho tem vinculado às suas subprefeituras. Essa verba fica na Secretaria de Fazenda e tem de ser pedida pela própria subprefeitura, no caso, para poder ser descongelada. Claro, houve pandemia, houve todo um processo que dificultou. Obviamente, não podemos nos eximir do erro também, mas, enfim, essa verba fica em cada subprefeitura e precisa ser pedida para o Conselho Participativo, a Fazenda libera e envia à subprefeitura para que possa ser utilizada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bruno, só para entender uma

coisa nisso: os subprefeitos não estão exigindo isso ou eles estão indagando e a Secretaria da Fazenda não está liberando? Só para entender.

O SR. BRUNO NABUCO – Então, na verdade, a subprefeitura, pelo nosso entendimento que temos acompanhado aqui, não tem feito algumas solicitações dessas verbas, porque essa verba não fica aqui nas Relações Institucionais. Foi muito falado que estava em Fazenda, que estava nas Secretarias, mas em nossa Secretaria essa verba não está. Nós estamos acompanhando esse processo e seria um pedido da própria subprefeitura, no caso, para a Secretaria de Fazenda.

Outra questão aqui é a verba do Conselho Participativo, indagada pelo Flávio também. essa verba do Conselho Participativo, nós tivemos a pandemia. Esse pagamento dos bilhetes foi suspenso, porque as reuniões ficaram de modo *on-line*, modo Teams. E ontem mesmo, Wellyene, vou até te responder uma pergunta que você me fez no grupo do Conselho, dentro das minhas limitações também, não sou eu que comando internamente o Conselho Participativo, eu fiz um novo pedido para a nossa assessoria jurídica para saber que vai ser pago o retroativo para vocês desse período agora que já baixou o decreto, para saber como vai ficar essa questão do Bilhete Único e eu estou cobrando uma posição da nossa assessoria jurídica diariamente sobre esse tema do Bilhete Único. Cobrando diariamente eles.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bruno, quanto a essa reivindicação deles, já que todos os conselhos já estão funcionando, operando de forma presencial, vocês já têm algum cronograma sobre isso?

O SR. BRUNO NABUCO – A questão das reuniões presenciais, tivemos aqui, acho que todos estão acompanhando, a troca do Secretário de Relações Institucionais, e ainda não foi nomeado um novo Secretário para a pasta, era o João Cury.

Recentemente, hoje, chegou aqui na figura de um coordenador, o Cid, que é novo, o coordenador era o Marcos Cordeiro, do Conselho Participativo. O Cid chegou agora e ainda está se inteirando do assunto, mas eu, assim como fiz o pedido do Bilhete Único para saber se vai ser pago, estou cobrando diariamente esse processo, para saber se será pago retroativo ou se

vai começar.

Também fizemos um pedido, posso até compartilhar depois, porque dependemos de uma portaria do gabinete do Prefeito, para poder liberar as reuniões presenciais do Conselho Participativo. Isso já foi pedido ontem junto com o Bilhete.

E claro, estamos aguardando a nomeação do novo Secretário de Relações Institucionais, que é o Secretário que assina pelo Conselho Participativo. E amanhã, no decorrer do dia, o Cid vai ser apresentado para os 32 coordenadores do Conselho Participativo, ele é o novo coordenador e responde pela Pasta de Diálogo e Participação Social.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Como vamos conversar com o Secretário daqui uns sete ou 10 dias, se você pudesse precisar mais essas três questões, se conversou ou mandou algum ofício para as subprefeituras, se conversou com o Secretário para ver se nesses 10 dias pode haver uma resposta um pouco mais concreta, nos ajudaria na discussão, nesse processo.

O SR. BRUNO NABUCO – Claro, Vereador, posso.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Se houver número de processo, você pode levar para nós nesse dia.

O SR. BRUNO NABUCO – Claro, vou reunir essas informações.

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Vereador, acho que precisaríamos saber se é constitucional essa decisão de proibir reuniões presenciais. Quer dizer, que regime é esse, não estou entendendo, já estamos praticamente saindo do período emergencial. Quer dizer, o que está acontecendo, principalmente tendo em vista que os nossos conselhos todos estão funcionando. Fica aí uma pergunta também, volto à pergunta, quem está com medo dos conselhos participativos, por que essa legislação está incidindo e temos de esperar que o Bruno fale com quem, o decreto do Prefeito.

O SR. BRUNO NABUCO – ... (Falha na transmissão) ...

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Eu até sugiro que os conselheiros se reúnam. Acho que o Bruno fica numa situação que não tem condições de responder. Estamos pressionando a

pessoa que não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sim, Cássia, concordo com você, mas como o Bruno está representando o Secretário, acho que vai levar esse apelo ao Secretário, para conversarmos com ele e termos essas respostas mais concretas.

O SR. BRUNO NABUCO – Lógico.

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, não podemos esquecer também do que a Wellyene e o Toni falaram referente à urgência da convocação de eleições, nós precisamos disso.

A SRA. CÁSSIA AMARAL – Evidente. São as eleições que vão dar legitimidade para os conselheiros, os conselhos participativos. Já deveriam ter acontecido desde dezembro do ano passado, porque estão paradas, porque vai de decreto em decreto. Decretos que se opõem ao próprio decreto de 2019. Não dá mais, quer dizer, isso está revelando má vontade. Troca-se o Secretário, mas se não há uma decisão política do Executivo não se resolve, o que o Secretário Fabricio vai fazer, por melhor contato que tenha tido quando era Subprefeito na Vila Mariana, lá ele tinha uma certa autoridade, agora, como Secretário...

Então, é aquele apelo de que a Câmara e os Vereadores exerçam realmente o seu papel de fiscalização, os cidadãos estão sendo obstaculizados, roubados os seus direitos de participação.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tenho concordância com as questões que você falou Cássia, espero que quando chegarmos nesse dia, conversando com o Fabricio, consigamos ter esses encaminhamentos, até porque a portaria está aí, o Secretário vai seguir a legislação. Acho difícil chegarmos lá no dia e a resposta for alguma coisa negativa, senão o próprio Executivo não está seguindo a legislação que fez, quem fez não foi o Legislativo, o decreto último. Então, esperamos que isso se viabilize. Pelo menos, acho que é esse o esforço de todos aqui.

Agora, vamos passar o vídeo da Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Olá, sou a Vereadora Luana Alves, quero fazer uma

contribuição para esta audiência sobre participação popular, sobre representantes nos conselhos participativos da Cidade.

Desculpem por não estar presencialmente, vou estar em outra audiência, hoje, às 19h, sobre os impactos da perda da isenção no âmbito da Previdência aos servidores com deficiência e com adoecimentos crônicos. Sabemos que o Sampaprev votado no ano passado, a reforma previdenciária dos servidores municipais tirou a isenção previdenciária que se tinha e vamos discutir na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher os impactos dessa nova regra.

Mas quero parabenizar essa audiência, parabenizar a iniciativa do meu colega, Vereador Toninho Vespoli, todos os presentes, porque sabemos que não existe possibilidade de uma gestão democrática sem os organismos de participação popular bem estruturados. Sabemos que de alguns anos para cá, não é uma coisa de uma gestão, de outra, é de vários anos para cá, vem havendo um esvaziamento muito forte desse organismo, não por desinteresse da população de participar dos conselhos das subprefeituras, enfim, de todos os conselhos participativos, mas fundamentalmente por um esvaziamento do poder desses organismos. O esvaziamento da capacidade de decisão, o esvaziamento do caráter de deliberação desses organismos. Então, muitas vezes são simplesmente discussões em que a gestão não compartilha com o organismo participativo, por exemplo, o orçamento de uma certa unidade, o orçamento de uma subprefeitura e com esse esvaziamento de poder acaba sendo não tão interessante para a população participar.

É preciso fortalecer os conselheiros, conselheiras, que são eleitos democraticamente entre a população para participar desse processo. Sabemos que só assim vamos ter de fato uma possibilidade de a gestão ser mais democrática em todos os níveis. A participação popular é fundamentada em qualquer área da política pública, educação, saúde, transporte, enfim, conselhos temáticos como, por exemplo, o Conselho do Idoso, o Conselho da Pessoa com Deficiência e, sobretudo, nos organismos de gestão regional, como as subprefeituras, vou destacar que é muito fundamental, porque sabemos que são organismos criados com uma ideia

original, não de ser um posto da Prefeitura dentro de algum bairro, mas ser também um órgão que tenha vida própria. E para ter vida própria precisa ter ligação com o território e com a comunidade. E não se faz isso sem um conselho fortalecido.

Então, quero colocar essa opinião, dizer que o nosso mandato está à disposição, agradecer a presença de todos e dizer que sabemos que precisa haver medidas concretas para o fortalecimento desses conselhos e dos representantes.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Acho que chegamos ao final, só quero fazer uma ressalva que acho importante, não li todo o processo, o Jurídico sim, mas é meu entendimento, o fato de que falamos que hoje os conselhos não estarão mais ligados à subprefeitura não quer dizer que não estarão na região, no bairro.

Vão estar no bairro, na região, os conselhos são ligados à sua região, em meu ponto de vista, inclusive, conversando com o Executivo e Legislativo, nos espaços do Executivo, claro que sim. O Conselho Tutelar não é independente e às vezes não funciona dentro da Subprefeitura? Então pode-se ter o Conselho, é meu ponto de vista, os conselheiros vão ganhar maior independência, porque não ficarão tutelados à Subprefeitura.

Já me chamaram para participar de alguns conselhos, já fui em dois e os dois - me parecia assim – se a Subprefeitura não estivesse junto com as informações parecia que o Conselho não andava. Agora não, o Conselho vai ter independência da Subprefeitura, porque acho a independência fundamental, inclusive, para fazer o trabalho que tem de ser feito, esse é meu ponto de vista. Não quer dizer que estará desvinculado da região, acho que o Supremo quis dar uma independência aos conselheiros. Esse é meu ponto de vista. Não quer dizer que vai ficar desvinculado da região. Eu acho que o Supremo quis dar uma independência aos Conselheiros. Esse é o meu ponto de vista e eu acho que é um ganho para os Conselhos.

Os encaminhamentos nossos, se assim o pessoal aceitar, a gente vai fazer então um ofício da Mesa Diretora pedindo essa conversa para já ter acesso a essa minuta oficialmente, em nome de todas as entidades representadas aqui. Se alguém não quiser assinar, já deixa

registrado aqui.

Fora as pessoas que falaram presencialmente, as pessoas do *chat* também deram a sua contribuição e colocaram o nome da sua entidade. Então, vamos colocar essas entidades também. Vou falar com a Juliana Cardoso e com a Luana se podemos também pedir em nome deles.

Quarta-feira terá reunião da CCJ e vou falar sobre isso, se eu delibero também, para que o nome desse pedido saia pela Comissão de Justiça. Se não deliberar pela Comissão, eu tenho certeza de que, pelo menos, as Vereadoras vão assinar. Esse é o primeiro encaminhamento.

Segundo encaminhamento: nós vamos dialogar com o Fabrício, esperar um ou dois dias, já para pedir essa segunda reunião, em que duas, três, quatro pessoas, no máximo, vão representar o grupo todo.

Eu fui provocado por duas entidades, organizações: a Rede Nossa São Paulo e o Centro Santo Dias, e acho que elas têm que estar lá, porque se elas não viessem até a gente esta audiência nem estaria acontecendo. Então, eu acho injusto que elas não estejam. De repente, podem ir mais uns dois Conselheiros representando o conjunto dos Conselhos.

Essas duas entidades foram em vários mandatos para trazer essa preocupação, já tinham pedido essa reunião com o Vereador Milton Leite há tempos e não foram escutados, então esta reunião está acontecendo mais por conta deles. Por isso, eu acho importante eles irem, mais uns dois Conselheiros.

Esses quatro serão responsáveis por avisá-los do que está acontecendo, do que foi discutido nas reuniões, para todos ficarem a par. Tudo bem? Podemos encaminhar essas duas questões? Está bem, gente.

A reunião da CCJ acontece às quartas-feiras, às 14h, no primeiro andar, no “plenarinho”. De repente, eu posso até ver com a Presidenta se ela não daria voz a um Conselheiro. Eu vou tentar, não estou garantindo. Então, se tiver algum Conselheiro lá presente, a gente tenta dar a voz.

Seria importante os Vereadores assinarem essa carta, o Milton Leite, que saiu desta audiência pública. Alguém quer se pronunciar?

A SRA. CAROLINA BORGES – Queria pedir para ver se a gente faz alguma pesquisa para a gente conseguir mensurar essa insatisfação, porque não adianta criar um Conselho se não vai funcionar, como todos os outros que a gente tem.

O SR. IGOR PANTOJA – Não é uma tarefa tão simples criar essas métricas. A gente pode se comprometer a seguir nesse diálogo, a pensar possibilidades. Se a Carolina quiser contribuir, tem o meu contato inclusive. Mas eu acho que é um desafio, sim, pensar em como achar essas métricas de participação social. Eu sei que na ciência política isso não é tão fácil assim, mas a gente pode tentar. Eu acho que a gente tem gabinetes parceiros aqui que podem apoiar alguma medida, mas a minha fala era mais para, enfim, agradecer a mobilização, a organização da audiência, o espaço, os representantes do Executivo que estiveram até o final da audiência.

Como disse um dos Conselheiros, acho que a ideia não é nem brigar, nem brincar; a ideia é mesmo institucionalizar essa participação para evitar práticas clientelistas, que a participação social vire um puxadinho de usos políticos, seja de Vereadores, seja de Subprefeitos. A gente sabe que isso é comum, então quanto mais institucionalizado a gente estiver, quanto mais amparado na legislação, na Lei Orgânica, a gente estiver, isso fortalece a participação social e pode aprimorar esse processo que a gente sabe que tem falhas, principalmente do ponto de vista da efetividade, como a Carolina disse agora há pouco.

Mais uma vez, obrigado.

A SRA. MÔNICA LOPES – Eu também quero agradecer ao Vereador Toninho por ter atendido esse nosso pedido de audiência, de uma fala, de um debate aqui. E quero chamar nossos colegas Conselheiros a não desistirem dessa luta. É importante.

Haverá o Conselho de Representantes? Sim. Mas existe essa lacuna e a gente não pode esperar, a gente tem que reforçar isso aí, do Conselho Participativo, e essas duas frentes que sairão daqui têm esse sentido, senão a gente não estaria aqui até essa hora.

Agradeço muito essa disponibilidade do Vereador. E pedimos que seja reforçada essa nossa luta, porque como o Igor disse é uma luta de institucionalização que a gente está perdendo, e a gente tem que ficar muito atento porque ainda dá tempo de resgatar isso.

Agradeço a todos e a todas, e é muito bom saber que tem gente lutando do nosso lado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Mônica. O Sr. Jorge Kayano quer falar alguma coisa para encerrar?

O SR. JORGE KAYANO – Eu acho que a reunião conseguiu cumprir o seu papel. Só falta mesmo agradecer a sua participação e o fato da Comissão de Constituição e Justiça ter aprovado a realização desta audiência.

E eu espero que também essa demanda levada junto aos demais Vereadores da Comissão consiga envolvê-los mais diretamente nesse processo de retomada do projeto de lei, para que o projeto tramite na Câmara, começando pela própria Comissão de Justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Antes de encerrar, quero fazer justiça aqui que, além do Centro Santo Dias e a Rede Nossa São Paulo, a própria Mônica do Conselho Carrão/Vila Formosa também nos acionou e o Conselho de Perus. Então, tenho que fazer justiça aqui porque eles acionaram nos cobrando uma efetividade nessa discussão.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.